



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária:

Um manual de referência

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S.,
Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M.

Capítulo 2: Perfil, Identidade e Territorialidade



Com o apoio do programa Erasmus
Mundus da União Europeia



Publicado por:
Consórcio de Economia Social e Solidária
York St John-Erasmus

Versão 1, Setembro 2015

Este projeto (EMA3-372558) foi co-financiado pelo programa
Erasmus Mundus da União Europeia.

ISBN: 978-0-9934407-9-3

(E-book-PDF em Português)

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária pelo Consórcio York St. John-Erasmus está licenciado sob uma licença Creative Commons. Atribuição-Não Comercial 4.0. Licença Internacional



www.yorks.ac.uk/socialconomy

Como citar este trabalho:

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S., Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M. (2015) *Promover os estudos e as práticas da Economia Social e Solidária no Ensino Superior*. York, Consórcio de Economia Social e Solidária York St John-Erasmus.

O conteúdo deste manual não reflete necessariamente as políticas e as visões da Comissão Europeia



YORK ST JOHN-ERASMUS
SOCIAL AND SOLIDARITY
ECONOMY CONSORTIUM

ÍNDICE

1. Introdução

2. Estado da arte, revisão de literatura

2.1 Perspetivas gerais

2.2 Perspetivas europeias

2.3 Perspetivas da América Latina

2.4 Perspetivas Africanas

3. Secção dialógica

4. Casos Práticos

4.1 União Nacional de Camponeses (UNAC)
– Moçambique, África

4.2 COAJOO - Cooperativa Agropecuária de Jovens
Quadros – Guiné-Bissau, África

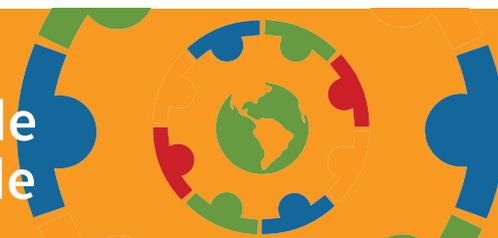
4.3 Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo
– Portugal

4.4 O significado da “experiência” de Mondragón

5. Atividades pedagógicas

6. Competências profissionais

PÁGINA



1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo refletir a identidade e a natureza polissémica da Economia Social e Solidária (ESS). Deste modo, encontraremos algumas das diferentes aproximações conceptuais e operativas que oferecem diversas organizações internacionais, complementadas com as que correspondem às zonas geográficas do projeto: Europa, África e América Latina. Dá-se pois ênfase à diversidade de definições e de identidades que se geram, sublinhando-se o processo contínuo de construção das mesmas. No entanto, ao mesmo tempo, queremos destacar os princípios que parecem comuns a este modelo.

No âmbito internacional é necessário mencionar a necessidade de se fazer uma leitura dos valores e princípios da ESS à luz dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* das Nações Unidas, pós 2015, e de outras iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Nos últimos dez anos, na União Europeia, é importante ressaltar que houve uma importante reflexão e uma aposta na ESS enquanto ferramenta de coesão social e luta contra o desemprego, especialmente o desemprego jovem. Esta última faceta é visível no desenvolvimento e aprovação de leis específicas, juntamente com enquadramentos fiscais específicos, que foram promulgados nos últimos anos.

A América Latina oferece-nos o seu imaginário sobre a ESS, em especial a partir de um enfoque na região andina, onde predominam as formas de autoajuda para enfrentar situações de pobreza geradas pelas políticas de liberalização de mercadorias e capitais aplicadas na década de 80 e 90, ou como formas tradicionais de ação coletiva baseadas em valores ancestrais.

De igual modo, partilharemos a realidade de países de expressão portuguesa em África e seguiremos os caminhos de afirmação da ESS, percebendo a importância crucial dos grupos informais e o apoio que outras organizações sem fins lucrativos, com especial relevo para as ONG locais, prestam ao esforço de consolidação dos empreendimentos de ESS, sem que isto represente o reconhecimento oficial do sistema dentro da dinâmica económica, social e política do país.

Os casos práticos que acompanham o capítulo representam a influência da bagagem sociocultural, política e ambiental dentro do perfil e identidade das organizações que a compõem. As atividades pedagógicas, juntamente com os recursos online do capítulo, têm como objetivo dar a conhecer o perfil e a identidade das organizações que compõem a economia social e solidária em cada país e ao mesmo tempo conhecer a complexidade da sua atuação em contínua interação com os setores público e privado. Por último apresentamos o quadro de competências que servem de base ao que se desenvolve neste capítulo.

PERGUNTAS CHAVE DO CAPÍTULO

- Como se posiciona a ESS e qual o seu perfil identitário a nível internacional e nas diferentes regiões geográficas do projeto?
- Que critérios permitem diferenciar a identidade e perfil das organizações dos sistemas económicos atuais, público, privado e da ESS?
- Como se articula o perfil e identidade com o fator de territorialidade?



Glossário

Grupos de interesse ou partes interessadas (stakeholders): formados pelo grupo de pessoas que interagem e /ou são afetadas pelo desenvolvimento de empreendimentos e empresas sociais.

Estatutos da organização: documentos legais que validam a criação, existência e funcionamento da organização.

Ativos bloqueados: termo utilizado para referir a retenção permanente de ativos que só podem ser utilizados para o cumprimento da missão da organização e que se não podem transferir a outra organização congénere em caso de dissolução.

Organizações da sociedade civil: grupos de cidadãos que formam diversas organizações por vontade própria e que nem fazem parte do setor público nem do privado. Costumam ter como missão lutar por causas para se construir uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Dividendos: pagamentos que se realizam aos acionistas de uma empresa ou membros de uma cooperativa, depois de se apurarem os ganhos contabilísticos.

EMES: rede formada por centros de investigação de diferentes universidades europeias, que se especializam na investigação sobre economia social e solidária. Existe desde 1996, quando um grupo internacional de estudiosos formou uma rede de investigação patrocinada pela União Europeia.

Empresas de trabalhadores-proprietários: organizações que na sua totalidade ou na sua maioria pertencem às pessoas que trabalham nelas.

Mondragón: Localidade da região autónoma do País Basco. O seu nome dá origem ao Grupo Mondragón, um grupo internacional de cooperativas.

Democracia participativa: forma de democracia que procura a participação direta no acesso à informação e no desenvolvimento de uma opinião, assim como na tomada de decisões finais dentro de uma organização. Diferencia-se da democracia representativa baseada na eleição de uma minoria que representará o colectivo na tomada de decisões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

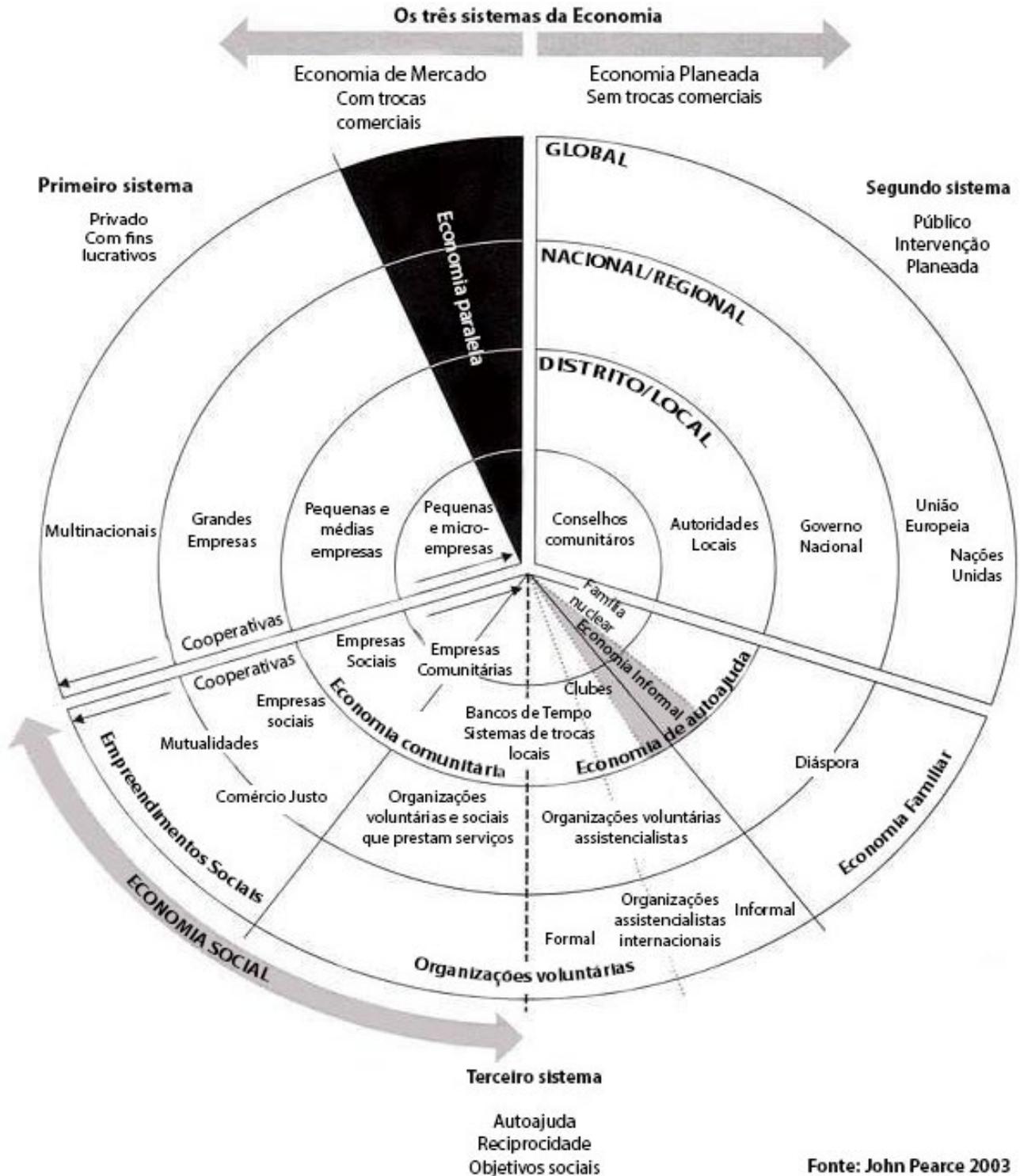
2.1 PERSPETIVAS GERAIS

Uma visão prática sobre tipologias e atores da economia social foi proposta pelo investigador escocês Pearce (2003) (veja-se o diagrama 2.1). A conceptualização de três “sistemas” (privado, público, social) no lugar de três “setores” sublinha o facto de cada um ter o seu próprio conjunto de valores e formas de trabalho. Este autor identifica os valores subjacentes da autoajuda, da mutualidade e da finalidade social como características fundamentais dentro do terceiro sistema. O sistema social considera os três fatores de impacto: económico, social e ambiental.

No diagrama, a orientação para o mercado e as partes não mercantis da economia social são diferenciadas realizando um movimento da esquerda para a direita no círculo. No caso do sistema social, Pearce considera que se trata de um processo contínuo, o que significa que as organizações podem mudar com o tempo no mesmo setor (2009, p. 28). Reconhece também que os modelos híbridos (organizações que se posicionam nas “fronteiras” dos sistemas) são possíveis (2009, p. 26).



Diagrama 2.1: Economia Social



Segundo Pearce (2003), a identidade e o perfil de cada um dos sistemas relacionam-se diretamente com os valores e princípios das pessoas e das organizações que o constituem para conseguir o fim último que perseguem. Assim, o primeiro sistema caracteriza-se pela esfera privada e trabalha para o seu objectivo, a criação de lucro, enquanto as pessoas e as instituições do segundo sistema económico se identificam com base no serviço público e numa economia de provisão planificada com a finalidade de redistribuição de recursos. O terceiro sistema constitui-se com base em valores e princípios nos quais as pessoas e as organizações se orientam para a ajuda mútua, a autoajuda e sobretudo possuem como último fim uma missão social. Caracteriza-se pela ação da sociedade civil para cobrir necessidades e criar meios de satisfação de forma colaborativa.

Em seguida (Quadro 2.1) detalhamos a tipologia dos três sistemas com base em cinco critérios definidos por Dash (2014, p.7), que permitem comparar o perfil fundacional, funcional e operativo dos mesmos.

Quadro N° 2.1.			
TIPOLOGIA DOS TRÊS SETORES DA ECONOMIA			
Crítérios	Público	Privado	Economia Social e Solidária
Atores dominantes	Estado	Mercado	Comunidade
Racionalidade	Distributiva	Competitiva	Cooperativa
Relações baseadas em	Autoridade	Intercâmbio	Solidariedade/reciprocidade
Princípio de governação e gestão baseado em	Controlo	Liberdade (nota dos autores: no sentido de liberalismo)	Participação
Criação de valor	Bens comuns	Criação de riqueza "material" (acrescentado pelos autores)	Valores (sociais, ecológicos, morais e económicos)

(Fonte: Dash, 2014, p.7)

É importante referir que toda a identidade é influenciada pelos valores que lhe dão forma e sustentam. A identidade da economia social e solidária não é nenhuma exceção.

Tal como se considerou no capítulo anterior, os valores e princípios sobre os quais assenta a ESS, resumem-se nos cinco postulados seguintes (Max-Neef, 2013):

- A economia existe para servir as pessoas e não as pessoas para servirem a economia;
- O desenvolvimento tem a ver com pessoas e não com objetos ou bens;
- O crescimento não é o mesmo que desenvolvimento e o desenvolvimento não precisa necessariamente de crescimento;
- Nenhuma economia é possível à margem dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- A economia é um subsistema de um sistema maior finito, que é a biosfera e, por consequência, o crescimento permanente é impossível.

Tendo em conta o anterior, a identidade e natureza polissémica das organizações da ESS reflete-se em conceitos como: terceiro sistema, terceiro setor, economia verde, economia do bem viver, economia do bem comum, economia popular, economia do trabalho, entre outras, designações todas elas identificadas com cinco características que definem a sua missão e visão e que, por sua vez, as diferenciam de outros sistemas económicos. Segundo Fleber (2012, p.57), essas cinco características são:

- Dignidade humana
- Solidariedade
- Sustentabilidade ecológica
- Justiça social
- Participação democrática e transparência

Podemos ver no quadro 2.2 como estas características se refletem igualmente nas aproximações concetuais e operativas que se dão ao universo de organizações de ESS, e que foram elaboradas pelas organizações mundiais, internacionais e intercontinentais, conferindo-lhe, cada uma, uma ênfase e peso dentro do seu próprio domínio.



QUADRO 2.2 APROXIMAÇÕES CONCRETAS E OPERATIVAS DA ESS DE ACORDO COM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
Organização	Caraterísticas das organizações
<p>Nações Unidas: Instituto de Investigação para o Desenvolvimento Social:</p> <p>Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária e Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas</p>	<p>Organizações, empresas e redes de natureza diversa mas que partilham caraterísticas comuns em termos de objetivos de desenvolvimento, formas organizativas e valores. A Economia Social e Solidária (ESS) pretende mobilizar e redistribuir os recursos e excedentes de modo proativo com formas inclusivas que satisfaçam as necessidades essenciais das pessoas. (...) ESS promove a proteção ambiental e o empowerment económico e político dos mais desfavorecidos e de outras pessoas implicadas na justiça social e ecologia. (...) Tende-se a voltar a investir nos benefícios localmente e com fins sociais. A ESS enfatiza também o papel da ética na atividade económica (UNRISD, 2014)</p> <p>As organizações e instituições da economia social desempenham um papel importante na promoção dos meios de subsistência, na criação de emprego e na luta contra a pobreza. Os empreendimentos de economia social oferecem uma importante fonte de emprego perante o problema mundial do desemprego e do subemprego [precariado] (UNDESA, 2015).</p>
<p>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p>	<p>Hoje em dia a ESS é uma realidade na vida de muitas pessoas, dado que promove valores e princípios que estão intimamente vinculados às necessidades das pessoas e das suas comunidades. Dentro do espírito de participação voluntária, ajuda mútua, independência e autossuficiência, e através de empresas e organizações, procura alcançar o êxito económico com equidade e justiça social, desde o âmbito local ao global (ILO, 2014a).</p> <p>Existe também uma vinculação clara com a agenda do Trabalho Decente, uma vez que a ESS promove:</p> <p>a) Direitos laborais: as empresas sociais promovem e defendem os princípios e direitos fundamentais do trabalho;</p> <p>b) Emprego: as organizações ESS empregam um grande número de pessoas, particularmente dentro do âmbito local, em benefício de grupos vulneráveis, para uma melhor inserção na sociedade;</p> <p>c) Proteção social: as organizações de ESS permitem o acesso a serviços sociais de pessoas e coletividades que não estão abrangidos pelos sistemas formais da segurança social;</p> <p>d) Diálogo Social: as organizações de ESS permitem a representação de pessoas não vinculadas aos sindicatos ou organizações de empregadores por meio das cooperativas e/ou associações (ILO, 2014b, p.5).</p>
<p>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD)</p>	<p>O termo economia social refere-se a associações, cooperativas, mutualidades e fundações. As organizações de economia social regem-se segundo o princípio de grupos de interesse e não de acionistas, geralmente regulando-se através de uma administração e gestão democrática.</p> <p>O termo empreendedorismo social define-se como o empreendimento que tem como finalidade encontrar soluções inovadoras para problemas sociais não resolvidos. Por isso, anda a par com processos de inovação social, dirigidos a melhorar a vida das pessoas promovendo alterações sociais (OECD, 2010 em OCDE, 2014, p.143).</p>



<p>Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC)</p>	<p>Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus sócios através do mercado, através da produção de bens e serviços, segurança e finanças, onde a tomada de decisão e a eventual distribuição de benefícios ou excedentes entre os sócios não está ligada diretamente com o capital ou cotizações pagas por cada sócio/membro, correspondendo um voto a cada um. A Economia Social também agrupa entidades privadas ou formalmente organizadas com autonomia de decisão e liberdade de adesão, as quais produzem serviços não comerciais para as famílias e cujos excedentes, caso existam, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam (Monzón e Chavez, 2012, p. 23).</p>
<p>EMES (2015) Rede Internacional de Investigação</p>	<p>Jacques Defourny, cofundador da EMES, oferece-nos a seguinte definição de economia social:</p> <p>Em termos atuais, a economia social agrupa os empreendimentos dos movimentos cooperativos, mutualistas e sociedades de seguros, fundações e todos os outros tipos de organizações sem fins lucrativos que partilhem alguns princípios que correspondem ao «terceiro setor» das economias modernas. De facto, as organizações de economia social diferem das do setor privado com fins lucrativos, já que o seu objetivo principal é suprir as necessidades dos seus membros, ou de um interesse público mais amplo, em vez de maximizar e distribuir lucros aos acionistas ou sócios. Também são claramente distintas do setor público, ainda que as organizações sem fins lucrativos possam receber subvenções públicas para o cumprimento da sua missão: são organizações privadas autónomas com a regra de “um membro, um voto” na sua assembleia geral.</p> <p>Jean-Louis Laville, cofundador de EMES, oferece-nos a seguinte definição da economia solidária:</p> <p>A economia solidária inclui um conjunto de atividades que contribuem para a democratização da economia com base nos compromissos cívicos. Esta perspetiva de análise caracteriza-se pelo facto de contemplar estas atividades não apenas a partir do ponto de vista da sua forma jurídica (associações, cooperativas, mutualidades...) mas também através da dupla dimensão – económica e política – que constitui a sua especificidade.</p>
<p>RIPESS Rede Intercontinental de Promoção da Economia Solidária</p>	<p>A economia social solidária (ESS) é uma alternativa ao capitalismo e a sistemas económicos autoritários controlados pelo estado. Na ESS a gente comum tem um papel ativo em determinar o curso de todas as dimensões da vida humana: económica, social, cultural, política e ambiental. Inclui não apenas as organizações e empresas, mas também movimentos de cidadãos orientados para a democratização e transformação da economia. A RIPESS utiliza o termo economia social solidária para abarcar tanto a economia solidária como os elementos mais radicais da economia social. Valores: Humanismo, Democracia, Solidariedade, Inclusão, Subsidiariedade, Diversidade, Criatividade, Desenvolvimento sustentável, Igualdade, Equidade e Justiça para todos e para todas; respeito e integração entre os países e os povos; uma economia plural e solidária (2015, p. 2).</p>

É importante ressaltar aqui que todas elas abarcam um mosaico diverso de organizações e empreendimentos sociais que procuram gerar uma mudança positiva e radical dentro da sociedade, unificando as ações social e solidária na maioria dos casos.

2.2 PERSPETIVAS EUROPEIAS

Breve perspetiva histórica europeia

De acordo com Defourny (2009) o conceito de economia social surge no século XIX, quando se formaram vários tipos de organizações, entre elas as cooperativas e sociedades mutualistas, para dar resposta aos desafios e problemas que o sistema económico vigente estava a criar. O objetivo das mesmas foi o de organizar a produção e o consumo, permitir o acesso ao crédito, prover serviços de saúde primária de uma maneira mais equitativa e a partir de bases democráticas.



Os investigadores britânicos, Ridley-Duff e Bull (2011, pp. 26-27) situam as primeiras cooperativas na Escócia do século XVIII e nos Estados Unidos. Mais tarde, os pioneiros de Rochdale, no norte de Inglaterra, organizaram os seus recursos e abriram lojas, comprando e vendendo artigos que não podiam produzir individualmente. Estabeleceram um conjunto de princípios em 1844 sobre o controlo da filiação democrática, a participação económica dos membros e a preocupação pela comunidade, valores que hoje continuam a influenciar em grande medida o movimento cooperativo.

O Reino Unido não esteve sozinho no desenvolvimento do associativismo popular no século XIX. Monzón e Chaves (2012, p. 15) citam o exemplo de Reventos (1960), uma mutualidade de tecelões que constituiu um empreendimento, considerado a primeira produção cooperativa em Espanha, como uma espécie de “sociedade de produção de trabalhadores e uma sociedade de ajuda mútua”, fundadas em 1840. Estes mesmos autores, fazendo referência a De Jaco (1979), mencionam as mutualidades associativas em Itália, que tinham uma presença numerosa em meados do século XIX. Exemplo destas é a *Società Operaia di Torino*, que, em 1853, funda a primeira cooperativa de consumo (De Jaco 1979).

Segundo Monzón e Chaves (p. 16), os economistas John Stuart Mill e León Walrus revitalizaram a economia social na segunda metade do século XIX. Ambos deram particular ênfase tanto à moral como aos benefícios económicos da democracia no processo de produção.

Em meados do século XX, enquanto as cooperativas, mutualidades e associações ajudavam a abordar “temas socialmente importantes como o desemprego cíclico e a potencial subversão das relações de poder” (Monzón e Chaves, 2012, p. 17), os principais modelos económicos desenvolvidos foram o setor privado e o setor público. Em fins do século XX e princípios do XXI assistiu-se ao desenvolvimento do capitalismo neoliberal e à contração do setor público, uma “experiência na qual os mercados e o dinheiro se deixaram ao livre arbítrio para encontrar o seu próprio caminho, por todo o mundo, sem muita intervenção política” (Hart, Laville e Cattani, 2010, p. 1) CIRIEC (2000) citado por Monzón e Chaves (2012, p.18) chamaram a atenção para a crescente importância das cooperativas, mutualidades e associações para “criar e manter emprego e corrigir os desequilíbrios económicos graves”.

O conceito de *setor sem fins lucrativos* possui as suas raízes históricas ligadas às ideias filantrópicas e caritativas que estavam profundamente arraigadas na Grã-Bretanha do século XIX e nos países sob sua influência. Estas ideias caritativas associadas às fundações filantrópicas norte-americanas deram lugar a termos como *setor não lucrativo* e *voluntariado*, que são incluídos no conceito mais amplo do setor sem fins lucrativos. Em essência, este enfoque apenas se refere a organizações privadas que contam com artigos nos seus estatutos que proíbem a distribuição de excedentes aos que as fundaram, controlam ou financiam (Monzón e Chaves, 2012). Neste sentido, trata-se, então, de um subconjunto da economia social.

O conceito de *empreendimento social* apareceu pela primeira vez, na Europa, em 1990, em Itália. Novas iniciativas apresentaram as suas respostas às necessidades sociais que tinham sido muito atendidas pelos serviços públicos. Paralelamente, o conceito estava a ser desenvolvido, nos Estados Unidos, com o trabalho de Greg Dees em relação ao *empreendedor social* (Defourny, 2014).

Como podemos comprovar os conceitos sobre ESS podem variar, da mesma forma que o fazem os termos usados para identificá-la. O objetivo deste capítulo não é o de criar ou validar qualquer definição, mas sim o de explorar a gama de perspetivas e de entidades que aderem aos valores e princípios do que se identifica, neste projeto, como *economia social e solidária* (ESS).

A importância da economia social e solidária na Europa

A presença e importância das organizações da ESS reflete-se nos seguintes dados (Comissão Europeia, 2015):

- A ESS representa 2 milhões de empreendimentos (isto é, 10% de todas as empresas europeias), que dão trabalho a 11 milhões de trabalhadores por conta de outrem (o equivalente a 6% da população ativa na UE).



- As seguradoras mutualistas abarcam cerca de 25% do mercado de seguros.
- Existem aproximadamente 250.000 cooperativas na União Europeia, cuja propriedade corresponde a 163 milhões de cidadãos (um terço da população da União Europeia) e empregam 5,4 milhões de pessoas. As cooperativas têm uma significativa quota de mercado em sectores como:
 - » **Agricultura** - 83% nos Países Baixos, 79% na Finlândia, 55% em Itália e 50% na França;
 - » **Florestas** - 60% na Suécia e 31% na Finlândia;
 - » **Serviços financeiros** - 50% na França, 37% em Chipre, 35% na Finlândia, 31% na Áustria e 21% na Alemanha;
 - » **Comércio a retalho** - 36% na Finlândia e 20% na Suécia;
 - » **Indústria Farmacêutica e Saúde** - 21% em Espanha e 18% na Bélgica.

Nas seguintes secções apresentam-se perspetivas que dão conta do perfil e identidade de diferentes tipologias de organizações dentro da ESS, bem como o seu alcance em regiões geográficas específicas.

Identidades e perfis de organizações da economia social e solidária

Cooperativas

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sua Recomendação 193, cooperativa é definido como “uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais em comum através de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática.” No artigo ‘e’ estabelece-se que “Deveria encorajar-se o desenvolvimento e o fortalecimento da identidade das cooperativas baseando-se em:

- a) Valores cooperativos de autoajuda, responsabilidade pessoal, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, bem como uma ética fundada na honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse pelos demais, e
- b) princípios cooperativos elaborados pelo movimento cooperativo internacional (...): adesão voluntária e aberta; gestão democrática por parte dos sócios; participação económica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas, e interesse pela comunidade”.

No Reino Unido, Ridley-Duff e Bull (2011) destacam duas características principais do modelo cooperativo. Em primeiro lugar que “os membros devem contribuir e, portanto, participar dos excedentes económicos gerados pelo seu empreendimento” (p. 26). Nas cooperativas de consumo, os sócios-trabalhadores recebem um dividendo; nas cooperativas de produtores, os sócios-trabalhadores obtêm uma parte dos benefícios. Em segundo lugar está o compromisso de participação democrática: o que se pretende é “impedir que as elites se nomeiem a si próprias para posições de poder e que perpetuem essa situação sem o consentimento das comunidades que servem” (p. 28).

Mutualidades

De acordo com a Comissão Europeia (*European Commission*, 2015) existem dois tipos de mutualidades:

- Mutualidades de saúde: enquanto entidades seguradoras, tiveram a sua origem antes que funcionassem os sistemas de segurança social. Estas mutualidades cobrem riscos por doença, incapacidade e morte. Cada uma destas está sujeita a uma legislação específica.
- Mutualidade de seguros: são sociedades que cobrem todo o tipo de riscos (acidentes, seguros de vida, etc.) e estão sujeitas à normativa legal que rege as seguradoras.

Segundo a Confederação Empresarial Espanhola de Economia Social (CEPES) (2015a), as mutualidades são formadas como sociedades de pessoas, sem objetivo de lucro, de estrutura e gestão democrática, as quais exercem uma atividade seguradora de carácter voluntário, complementar ao sistema da Segurança Social pública.



A mutualidade como forma específica de entidade seguradora radica-se, definitivamente, na coincidência entre as figuras do segurado e do sócio ou mutualista. Ou seja, numa mutualidade cumpre-se o princípio de identidade ou unidade, característico das empresas de participação, realizando-se também a atividade principal exclusivamente com os sócios. Esta gestão democrática, na qual a pessoa do segurado coincide com a do tomador do seguro faz com que os prémios pagos vão, na sua totalidade, garantir as prestações do coletivo segurado, existindo uma relação estatutária e não contratual.

Sociedades de trabalhadores (Espanha)

De acordo com a CEPES, as sociedades laborais são uma forma particular dentro do que se entende por ESS, onde pelo menos 51% do capital social está nas mãos dos sócios trabalhadores. São empresas privadas mercantis tradicionais (sociedades anónimas ou sociedades limitadas), que se diferenciam destas pelo seu carácter *trabalhista* e têm de ter, obrigatoriamente, os acrónimos SAL o SLL. Em 2013, a Espanha contava com mais de 11.000 sociedades laborais, gerando quase 64.000 postos de trabalho (CEPES, 2015b).

Empreendimentos sociais

Doherty, Haugh e Lyon identificam estas organizações como híbridas, combinando o plano empresarial com o de missão social (2014, p. 417).

Segundo Monzón e Chaves (2012), o espectro anglo-americano de enfoques vai do grupo dos que consideram os empreendimentos sociais como o equivalente comercial das organizações privadas sem fins lucrativos com uma finalidade social, até ao grupo daqueles cuja definição de um empreendimento social centra-se exclusivamente na inovação social e na satisfação de necessidades sociais; seja qual for a forma e estrutura jurídica da empresa (pública, de capital privado ou de diversas formas de propriedade social). Defourny (2014) sustenta que as investigações mais recentes no Reino Unido se centram menos na definição e nas fronteiras conceptuais, reconhecendo, pelo contrário, a ampla diversidade de formas, contextos e dinâmicas. Pearce, todavia, adverte que existe uma crescente preocupação pelas “organizações essencialmente privadas que se disfarçam de empreendimentos sociais” (2009, p. 22) e por isso clama por definições mais precisas.

Na tradição continental europeia, o enfoque principal das empresas sociais resume-se aos estudos e propostas da rede internacional de investigação EMES. Esta baseia-se numa série de indicadores, que se podem dividir em económicos e sociais. Não se pretende dar uma definição, mas antes estabelecer critérios, cujo cumprimento pode variar grandemente em diferentes contextos (Defourny, 2014).

Quadro N° 2.3 INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS	
Âmbito	Critério
Económico	Uma atividade contínua para produzir bens e/ou venda de serviços
	Um alto grau de autonomia
	Um significativo nível de risco económico
	Uma quantidade mínima de trabalho remunerado
Social	Uma meta explícita para beneficiar a comunidade
	Uma iniciativa empreendida por um grupo de cidadãos
	Um poder para a tomada de decisões não baseado na propriedade do capital
	Uma natureza participativa, já que envolve as diferentes partes beneficiadas ou afetadas pela atividade
	Uma distribuição limitada de benefícios

Adaptado de Defourny (2014, pp.25-28)



Os empreendimentos sociais estão reconhecidos legalmente de diversas formas em alguns países europeus, como Itália, Portugal, França, Bélgica, Espanha, Polónia, Finlândia e o Reino Unido (Monzón e Chaves, 2012).

Associações e fundações

De acordo com Monzón e Chaves (2012), as associações e fundações estão no setor não mercantil da ESS, oferecendo serviços a pessoas de forma individual, famílias ou coletividades. Geralmente obtêm a maioria dos seus rendimentos através de doações, afiliações com quotas (sócios), subsídios, etc.

A Comissão Europeia (s.f.) define as associações como um “agrupamento permanente de pessoas naturais ou jurídicas que reúnem o seu conhecimento e/ou atividades com o propósito de conseguir o interesse e/ou bem geral para, de forma direta ou indireta, promover o mercado ou o interesse profissional dos seus integrantes.”

As principais características das associações são: o seu carácter voluntário, a filiação aberta, a governação democrática e o pagamento de quotas por parte dos seus integrantes, em vez de ter uma contribuição sobre o capital investido.

As fundações, por outro lado, têm a sua própria fonte de rendimentos que investem de acordo com o seu próprio critério sobre projetos ou atividades em benefício do público. São geridas através de um conselho de patronos e possibilitam o desenvolvimento de atividades de investigação, concessão de bolsas e/ou subvenções ou mesmo a gestão de um fundo para o trabalho voluntário.

Perspetiva da União Europeia

O Parlamento Europeu (2009), através da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (*Committee on Employment and Social Affairs of the European Parliament*) formulou a seguinte definição e explicação sobre a economia social (ES) e o seu alcance dentro do tecido económico e social da Europa:

Os empreendimentos da ES definem-se pelas características e os valores que partilham:

- a primazia da pessoa e do objeto social sobre o capital;
- a defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade;
- a conjunção dos interesses dos membros e do interesse geral;
- o controlo democrático por parte dos membros;
- a adesão voluntária e aberta;
- a autonomia de gestão e a independência dos poderes públicos;
- a mobilização do essencial dos excedentes para a persecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável, a melhoria dos serviços aos membros e o interesse geral.

A ES engloba, segundo esta perspetiva, as cooperativas, as mutualidades, as associações e as fundações, assim como outros empreendimentos e organizações que partilham as características fundamentais da ES.

Conclusão

O perfil e identidade das organizações de ESS são produto do seu contexto local e da cultura da qual surgem. Defourny e Nyssens sustentam que os investigadores devem “humildemente ter em conta as particularidades locais e nacionais que dão forma a estas iniciativas [...] o apoio para o desenvolvimento das empresas sociais não pode realizar-se apenas quando se exportam as perspetivas e/ou conotações europeias. Se não estiverem implicadas e legitimadas dentro de contextos locais, as empresas sociais não serão mais do que uma réplica de fórmulas que apenas durarão enquanto estiverem na moda” (2010, p. 49).



2.3 PERSPETIVAS DA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, o conceito de ESS refere-se a uma realidade e a um processo ainda em construção. A sua prática por parte da população surgiu como uma estratégia de ação coletiva para a subsistência a partir de valores ancestrais em momentos de crise económica dos países. A institucionalização do conceito deu-se a partir da legislação elaborada por cada governo, com diferentes fins e objetivos, do que resulta uma diversidade de significados. No entanto, desde a realidade, fica claro que um dos objetivos práticos (entre outros) das organizações de ESS é a abertura face ao mercado e a procura de soluções entre os seus membros para poderem participar nele, como um meio para gerar rendimentos para viver, mas não como um fim em si mesmo.

A evolução do conceito: múltiplos olhares

Antes da chegada dos Europeus à América e antes da experiência de Rochdale, os povos indígenas latino-americanos praticavam “diversas formas de cooperação que se foram mesclando com os modelos trazidos pelos conquistadores. Os Maias, Aztecas, Incas e outras culturas pré-colombianas combinaram o trabalho com a propriedade de múltiplas formas coletivas e individuais enquanto desenvolviam sistemas de previdência social solidária” (Coque Martínez, 2002, p. 43). “Tanto a ideia como a prática da cooperação para a satisfação das necessidades dos indivíduos e das comunidades estão presentes ao longo da história da humanidade. Desde as primeiras sociedades humanas os homens procuram na cooperação (e na solidariedade) a forma de subsistência” (Martí, 2014, p.101).

Muitas destas formas permanecem vivas no imaginário coletivo das pessoas e continuam a ser praticadas numa espécie de simbiose com as práticas e valores do mundo moderno.

Coque Martinez (2002), citando Pineda (1994), afirma que durante os séculos XVII e XVIII chegaram à América diversas organizações cooperativas de origem religiosa. Na primeira metade do século XIX, foram logo impulsionadas pelos imigrantes europeus na Argentina e no Brasil (italianos, franceses, alemães), no Paraguai (alemães), no Chile e no Peru (britânicos). Surgiu então uma corrente sindical e mutualista, também de imigrantes, com cooperativas de consumo, crédito e serviços funerários (Argentina, Chile, Uruguai) e finalmente uma corrente social de pensadores e políticos latino-americanos que promoveu cooperativas com fins sociais (Peru, Equador, Costa Rica).

Economia social e solidária

Nas últimas duas décadas, deu-se um extenso debate sobre o que se entende por “economia social” e “economia solidária”. Na Europa generalizou-se o termo de economia social desde o século XIX, enquanto na América Latina o termo mais generalizado é o de economia solidária, que ganhou força a partir dos anos 90. Nos últimos anos começou a utilizar-se o termo de Economia Social e Solidária como uma expressão que junta a economia social tradicional com as novas formas de trabalho associativo de autogestão identificadas predominantemente com a expressão economia solidária (Hintze, 2006).

Na América Latina o que se designa como ESS apresenta-se com múltiplos e diversos significados, com um forte sentido e conteúdo transformador e, muitas vezes, carregado de uma forte componente política e ideológica (e por vezes envolvido na discussão da permanência ou não do capitalismo como sistema).

Por um lado, podem-se identificar posições que consideram que as organizações socioeconómicas que geram trabalho autogerido não têm possibilidade de evitar ficar de alguma maneira sujeitas ao capital, *atraídas* pelo mesmo, acabando por lhe ser úteis ao diminuir a pressão social sobre o mercado de trabalho e/ou o estado. Outras perspetivas, por outro lado, colocam a tónica na sua potencialidade emancipatória e contra-hegemónica (Hintze e Deux, 2014, p. 444) ao constituírem-se numa nova proposta de organização social e económica, ou seja, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante, através da prática de formas de organização coletivas e associativas para gerar trabalho e rendimentos para aqueles que estavam fora do mercado de



trabalho¹. Coraggio (2008) assinala que não há forma de superar a exclusão sem o desenvolvimento de um novo modelo societário que se sustenha no objetivo de reprodução alargada da vida e que tenha como epicentro a satisfação das necessidades legítimas de todos.

Uma terceira posição é a que defende Sarria:

Já entrados nos anos 2000 e à medida que o cenário nacional se modifica, vão-se tornando evidentes as dificuldades para que a economia solidária se afirme como proposta estratégica, social e económica num contexto de crescimento económico, redução do desemprego e da pobreza extrema, vendo as prioridades nacionais orientarem-se cada vez mais para a integração no mercado, complementada com políticas sociais que, melhorando as condições de vida dos mais pobres, fortalecem o consumo de massas e o modelo de acumulação capitalista. Neste sentido, tornam-se evidentes diversas conceções sobre o papel da economia solidária sustentadas pelos diferentes atores sociais que a compõem, alguns mais preocupados com a integração no mercado do que com uma alteração mais ampla nas formas de viver e consumir (2014, pp. 428-429).

Outro ponto de debate tem sido o que se refere ao conceito de economia social, solidária, popular ou do trabalho.

Coraggio (2008) assinala que a *economia popular* é aquela que se refere ao conjunto de atividades que os trabalhadores efetuam a partir das suas capacidades de trabalho e outros recursos para a reprodução da sua vida e das suas famílias. Faz parte da economia capitalista e cumpre entre outras funções a de reproduzir a força de trabalho que o capital require.

A este respeito assinala que “cada grupo doméstico, célula da Economia Popular, orienta o uso do seu fundo de trabalho e de outras práticas económicas, de modo a atingir a reprodução dos seus membros nas melhores condições ao seu alcance. Ao fazê-lo, está disposto a competir com outras unidades domésticas, inclusivamente às custas da sobrevivência do outro, comportamento induzido pelo mercado e pelo Estado capitalistas” (Coraggio, 2011, p. 120).

Ao contrário da Economia Popular, a Economia do Trabalho apresenta-se “como sistema alternativo, com outras regras, outras relações de poder mais democráticas, outros valores e outro sentido estratégico: a otimização da reprodução alargada da vida de todos, o que supõe níveis de diálogo e cooperação, de decisão coletiva, de reconhecimento das necessidades e de definição de estratégias para a sua gestão coletiva” (Ibid, p.120)

Segundo este mesmo autor, a *economia social* é um termo ainda muito marcado pelas formas tradicionais de *cooperativa*, *mutualidade* e *associação*, reconhecidas pelo estado e com estatuto jurídico próprio, codificadas pelo sistema como formas de associação autónomas do capital. Ainda que tenham surgido como um projeto de emancipação dos trabalhadores no século XIX, a sua evolução adaptativa dentro do sistema de mercado capitalista gerou, em grande medida, comportamentos muito distantes do ideário cooperativista.

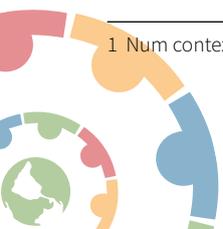
Defende o mesmo autor que a economia social é “uma proposta transicional de práticas económicas de ação transformadora, conscientes da sociedade, que pretendem gerar, a partir do interior da economia mista atualmente existente, em direção a outra economia, um outro sistema económico, organizado pelo princípio da reprodução ampliada da vida de todos os cidadãos-trabalhadores” (Coraggio, 2007, p.37).

A *economia do trabalho* postulada por Coraggio (2007, 2008) (em contraposição com a economia do capital) é um sistema de organização da produção e divisão social do trabalho, de circulação e distribuição, bem como de legitimação das formas de satisfação das necessidades, centrado no trabalho livremente associado e com um discurso sociopolítico articulador dos diversos movimentos que pugnam por aspetos parciais da reprodução ampliada da vida de todas as pessoas e comunidades.

Razeto, um dos primeiros a falar da solidariedade como fator produtivo, sustenta que não se deveria falar de economia solidária mas antes de *economia da solidariedade*, entendida como:

a introdução da solidariedade como elemento ativo, força produtiva e matriz de relações e comportamentos económicos,

¹ Num contexto de crise económica, crise de emprego e de aumento das desigualdades na região.



nos processos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Uma presença operante da solidariedade, não marginal mas sim central, suficiente para determinar o surgimento de um novo modo de fazer economia, ou seja o estabelecimento de uma racionalidade económica especial, distinta, alternativa, que dá lugar a: novas formas de empresa baseadas na solidariedade e no trabalho; novas formas de distribuição que articulam relações de intercâmbio justas com relações de comensalidade, cooperação, reciprocidade e mutualismo; novas formas de consumo que integram as necessidades comunitárias e sociais numa matriz de necessidades fundamentais para o desenvolvimento integral do homem e da sociedade; e a um novo modo de acumulação, centrado nos conhecimentos, nas capacidades de trabalho, na criatividade social, na vida comunitária e nos valores humanos, capaz de assegurar um desenvolvimento sustentável social e ambientalmente (Razeto, 2002).

Para Razeto, a solidariedade (denominada por este autor como “factor C”²) e o trabalho associativo (trabalho feito em comum) são os dois principais fatores produtivos que permitem substituir e compensar as limitações nos outros fatores produtivos nas sociedades carentes de outros recursos ou fatores produtivos.

O debate ainda está aberto, e ninguém pode assegurar qual será o rumo da ESS na América Latina e em todo o mundo. Perante a pergunta “podem as crises ou as fissuras da economia capitalista abrir espaços a novas formas de organização, produção e reprodução da vida que gerem uma sociabilidade mais rica?” não existem respostas unívocas nem caminhos lineares de resposta, mas torna-se claro que não será possível construir outra economia sem outra política, outro estado e outras políticas públicas (Deux, 2014).

Revedo diferentes definições de economia solidária (Coraggio 2008 e 2011; Vuotto e Fardelli 2014; Razeto, 1986 e 1997; Guerra 2012) e para além dos posicionamentos ideológicos, pode-se apresentar a seguinte definição, a partir do exemplo da América Latina:

A economia solidária é a economia centrada sobre a pessoa e na geração de emprego e rendimentos. A sua finalidade primordial é produzir bens e serviços que respondam a necessidades económicas e sociais, individuais ou coletivas a partir de estruturas que assegurem um processo de gestão democrática, a livre associação, a autogestão e cooperação entre os trabalhadores, a propriedade coletiva do capital e os meios de produção, a participação e a responsabilidade individual e coletiva dos seus membros e utentes. A solidariedade distingue-se como elemento central do processo económico. Constitui-se com base em valores não individualistas, de autogestão, de solidariedade e ajuda mútua, e combina funções e atividades económicas, sociais, culturais e educativas, com o objetivo da transformação social. Daí que a sua contribuição se expresse na sua incidência sobre o desenvolvimento local e das comunidades, especialmente pela criação de empregos sustentáveis, o desenvolvimento de uma oferta de novos serviços, o melhoramento da qualidade de vida, etc.

Através das organizações de economia solidária, e de outras formas de associativismo, procura-se conseguir, por exemplo, a realização de compras conjuntas, a melhoria do poder de negociação no mercado; a socialização de riscos através de sistemas de proteção coletivos, a auto procura de soluções de crédito, entre outras.

Acerca das causas que originam o surgimento da economia social e solidária

As causas para o surgimento e impulso da ESS são diversas. Razeto (1997) assinala as seguintes causas ou “caminhos”:

1. O caminho dos excluídos e pobres e a economia popular. Surge em situações de exclusão e pobreza nas quais a economia popular se revela um verdadeiro processo de ativação e mobilização económica do mundo popular. A economia popular combina recursos e capacidades laborais, tecnológicas, organizativas e comerciais de caráter tradicional com outras de tipo moderno, e o resultado é uma multiplicação heterogénea e variada de atividades orientadas para assegurar a subsistência e a vida quotidiana.
2. O caminho da solidariedade com os excluídos e pobres e os serviços de promoção social. Parte da situação de privilégio na qual vivem os que não estão excluídos ou marginalizados, os que não são pobres e que,

2 C de Companheirismo, Cooperação, Comunidade, Partilhar (em espanhol, Compartir), Comunhão, Coletividade, Carisma.



- reconhecendo a sua própria situação e a dos outros, incorporam a solidariedade nos seus procedimentos económicos, destinando, por isso, uma parte dos seus recursos ou do seu tempo a realizar doações que permitam a criação e funcionamento de fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos.
3. O caminho do trabalho. Os trabalhadores sem ocupação, desempregados e subempregados que experimentam os mesmos problemas, necessidades e situações práticas, isto é, que, com condições de vida parecidas, procuram enfrentar a sua situação a partir de ações coletivas, de trabalho autónomo e associado.
 4. O caminho da participação social e da autogestão. A participação social implica um intercâmbio constante de objetivos, de experiências, de ideias, de interesses e de aspirações de cada sujeito. Trata-se de um processo pelo qual se procura de maneira conjunta (cooperativa e solidária) o melhor para aqueles a quem se dirige a ajuda, o compromisso, a participação.
 5. O caminho da ação transformadora e das mudanças sociais. Parte da consciencialização da mudança nas estruturas sociais, onde os setores desfavorecidos encontram um lugar onde possam ser ouvidos, um espaço onde as suas petições de melhoria sejam atendidas e onde o contributo com o talento e a criatividade de cada um seja valorizado.
 6. O caminho do desenvolvimento alternativo. Defendido pelos que sentem a necessidade de outro desenvolvimento mais integral baseado nos valores de justiça e solidariedade.
 7. O caminho da ecologia. Parte dos que tomam consciência de que o problema do meio ambiente é gerado pela forma como está organizada a economia, pelo que procuram criar organizações que tentam reverter essa destruição ambiental.
 8. O caminho da mulher e da família. A crise da família e a situação de discriminação da mulher fez com que se tentassem distintas formas de ação económica coordenadas principalmente por redes de mulheres e/ou famílias.
 9. O caminho dos povos antigos. Parte da luta dos povos e etnias antigas - que sofreram processos de exclusão e marginalização - pela recuperação de identidades, de validação das suas culturas ancestrais e dos seus próprios modos comunitários de fazer economia.
 10. O caminho do espírito. Surge a partir de diferentes grupos que possuem uma filosofia humanista e espiritual em geral e sentem a necessidade de comprometer-se, comunitária ou associativamente, na criação e desenvolvimento de formas económicas solidárias, baseadas em valores de fraternidade e seguindo a lógica de que a riqueza tem que estar ao serviço do desenvolvimento humano e social, dando lugar a formas económicas solidárias.

Cooperativismo

Uma referência especial na América Latina vai para o tema do cooperativismo, cuja origem, antiguidade, dimensão, oferta de produtos, estruturas organizativas, grau de formalização legal, penetração ou sucesso é muito heterogéneo na América Latina. Os comportamentos de cooperação tradicionais misturaram-se com o cooperativismo moderno, terminando muitas vezes englobados por este. À ajuda mútua tradicional sobrepuseram-se formas cooperativas desconhecidas até então, como no caso do Peru³, na década de 70, onde ancestralmente a cooperação não era incompatível com a propriedade privada e coletiva.

Nas palavras de Coque Martínez, a introdução de formas cooperativas e modelos alheios ao continente e mal adaptados a contextos concretos gerou “uma espécie de fusão descompensada entre vários tipos de cooperativas” (2002, p. 168), beneficiando do apoio, impulso e fomento quase radical a partir do Estado, num primeiro momento, para terminar com o seu posterior abandono e desintegração.

Continuando com o mesmo autor:

³ No Peru impôs-se o cooperativismo de estilo soviético na década de 70, facto que em parte explica a estagnação do sistema

Não obstante essa heterogeneidade, pode destacar-se um primeiro perfil geral: o cooperativismo latino-americano moderno é um fenómeno importante e maioritariamente associado às camadas médias da população. (...) A sua origem histórica prende-se com as classes médias e trabalhadores qualificados urbanos. No meio rural, normalmente, trata-se de pequenos proprietários, muitas vezes beneficiários de reformas agrárias. (...) Um segundo traço característico das cooperativas na América Latina é o seu grau insuficiente de organização, cujas causas se encontram em dois tipos de fatores:

- A origem maioritariamente exógena e descontínua, alheia à iniciativa dos sócios, limitou o posterior desenvolvimento autónomo. Sucessivos governos nacionais oscilaram nas suas políticas, induzidos ou não por interesses alheios à região. Primeiro, mantiveram entidades públicas fortes e especializadas na promoção e controle do cooperativismo. Depois, transferiram, repentinamente, quase todas essas funções para o movimento cooperativo, ficando o Estado com as funções de supervisão final e o registo.
- A relativa brevidade do seu período de desenvolvimento, inferior a um século, o que condicionou a criação de uma identidade e de procedimentos operativos comuns. (Coque 2002, pp.167-168).

O cooperativismo parece ter maior êxito em estratégias que respeitam a propriedade privada individual à qual cada família tem direito, pelo que a partir disso nos últimos anos o maior êxito não esteja nas cooperativas de produção, mas sim nas de consumo, de trabalho, financeiras e comercialização.

Empresas sociais e associações não lucrativas

Na América Latina e no caso específico do Peru define-se a empresa social como:

Aquela organização que nasce com o fim de resolver algum problema social ou ambiental e que se sustenta economicamente graças a uma dinâmica de empreendimento que envolve a venda de produtos ou serviços. Dado que no Peru, assim como noutros países latinoamericanos, não há uma forma legal específica para designá-las, podem estar inscritas como organizações com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

Poderia considerar-se a empresa social como um híbrido entre uma organização sem fins lucrativos e uma empresa comercial: a primeira resgata o fim social ou ambiental e a segunda a dinâmica empresarial.

A principal diferença entre uma empresa comercial e uma social é que na primeira os excedentes que se geram repartem-se entre os sócios; na empresa social os excedentes são orientadas para um fim social e/ou ambiental.

Por outro lado, uma organização sem fins lucrativos e uma empresa social partilham o fim social ou ambiental. No entanto, a primeira depende de maioritariamente ou totalmente de donativos, enquanto a segunda gera os seus próprios fundos e tem uma gestão empresarial.

A empresa social não compete com os programas sociais governamentais - estes são a ferramenta natural que os Governos têm para cumprir a sua obrigação redistributiva e sustentam-se mediante o pagamento de impostos dos seus cidadãos. Por seu lado, as empresas sociais são iniciativas privadas para resolver problemas que não foram resolvidos pelo Estado. Para o seu sustento não se usam fundos públicos, mas sim recursos gerados no mercado (Fuchs, Prialé y Caballero 2014, p.5).

Associações civis sem fins lucrativos

Referimo-nos a elas uma vez que é através destas que muitos dos empreendimentos sociais surgiram, dada a necessidade de procura de autofinanciamento das mesmas.

As organizações civis sem fins lucrativos, chamadas organizações não-governamentais, referem-se a coletivos da sociedade civil que promovem processos de desenvolvimento e democratização na e desde a sociedade civil com uma perspetiva de direitos. Algumas “caraterísticas comuns destes coletivos, para lá da enorme diversidade que os caracteriza” de acordo com Cáceres (2014, 5) são:



- O resultado de uma decisão livre de associativismo de um coletivo de cidadãos/ãs.
- Não têm fins lucrativos.
- São independentes do Estado.
- Promovem algum interesse coletivo no âmbito público.
- Têm uma perspetiva de “justiça social” e/ou de “transformação social”, e portanto representam uma vontade política de mudança.
- Assumem uma perspetiva de direitos, incluindo a equidade de género e a interculturalidade.

A institucionalização da economia social e solidária na América Latina

A história da economia solidária na América Latina e Caraíbas data da época anterior à colonização europeia, tendo as suas primeiras evidências nas formas de trabalho coletivo que se produziram nas diversas culturas, em muitos casos conhecidas como a “minka” e o “ayni”. Todavia a sua institucionalização a partir da legislação de cada país na região começou já mais recentemente, na última década do século XX (à exceção das Honduras, 1985). Pode-se pois dizer que a prática precedeu a legislação.

O cooperativismo, pelo contrário, aparece nas diferentes legislações fundamentalmente nas décadas de 50 e 60. Contudo também existiram algumas experiências prévias como, por exemplo, na Venezuela (Lei das Cooperativas de 1910), no Chile (Lei das Cooperativas de 1924), na Argentina (Lee 11.388 sobre o Regime Legal das Sociedades Cooperativas de 1926) e no Peru (Decreto Supremo 236 de 1944).

Na secção de recursos didáticos encontrará um quadro sobre legislação vigente em alguns países da América Latina. Nos casos em que não há legislação específica sobre o assunto, considerou-se a que respeita às cooperativas.

Conclusão

Podemos concluir que, mesmo entre a grande disparidade legal, operativa e funcional das entidades que dão forma à ESS, pode-se falar já de um caminho percorrido e no qual ainda há muito para fazer, legislar, realizar, defender e avaliar. Percebe-se a necessidade de dinamizar: estratégias e sinergias intra e inter setoriais que permitam uma criação e validação contínua entre os atores e movimentos do terceiro sistema; a investigação; a apresentação e defesa de propostas integrais sobre políticas públicas; a promoção para uma maior visibilidade e presença. Ainda assim, vê-se a necessidade de articular os meios e mecanismos necessários para criar e aceder a mercados locais, nacionais e internacionais, democratizando os processos de produção, comercialização, consumo e de poupança.

2.4 PERSPETIVAS AFRICANAS

Conceitos num contexto africano

Como já foi assinalado no capítulo anterior, a ESS em África carece de estudos (mas não de experiências observáveis) e mesmo de conceitos que a possam “traduzir”, no sentido utilizado por Boaventura de Sousa Santos (2007). Yao Assogba, investigador do Togo, citado por GESQ (2002), diz-nos que o entendimento da ESS, em África, como “terceiro setor e setor informal, traz problemas de definição”. Fall e Guèye (2009) dizem-nos que a realidade europeia da “economia social” pode ser encontrada em conceitos como *economia popular*, *economia real* ou *economia informal*. A este respeito Roque Amaro (2005), por exemplo, diz-nos que, em contextos africanos, se utiliza mais a expressão *economia comunitária*. É importante, então, entrar no debate e perceber as suas principais premissas.

Falar destas realidades no contexto africano é, antes de mais, dar relevo a práticas ancestrais de sobrevivência, frequentemente ignoradas e desvalorizadas, que são a base de uma economia popular, cujo pouco reconhecimento

tem limitado seu desenvolvimento (GESQ, 2002, p. 20). Luca Jahier, no seu Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o Papel e perspectivas da economia social africana na cooperação para o desenvolvimento, diz-nos que “em África, a economia social é um sector até agora amplamente ignorado pela comunidade internacional no seu conjunto, incluindo a União Europeia. As suas especificidades não são reconhecidas, não sendo, portanto, ativamente incluída nas políticas e nos processos de consulta e de decisão” (Jahier, 2010, p. 1). No entanto, segue Jahier (idem, p. 1),

num continente onde 80% a 95% da população está empregada no sector informal, a economia social pode constituir uma ferramenta decisiva para uma evolução e transformação progressivas destas condições de vida e de trabalho e adaptá-las a normas elevadas de dignidade e de proteção social que permitam a estes atores operar no mercado e contribuir de modo determinante para o desenvolvimento social e económico do continente.

Importa, então, e em primeiro lugar, conhecer melhor, para melhor se poder agir perante tal realidade. Yao Assogba diz-nos que

as formas de solidariedade nasceram nas comunidades locais em função de eventos sociais (casamentos, por exemplo) e hoje são empregadas pelos movimentos de agricultores e trabalhadores”. A evolução destas formas formaria a dita “economia social africana”, que poderia ser definida como “a expansão de inúmeras pequenas atividades de produção e comercialização feitas por diversos grupos (família, clã ou etnia)”. Segundo este autor, estas atividades desenvolver-se-iam segundo uma lógica diferente do capitalismo, organizada pelo indivíduo que traz o fator trabalho e visa a melhoria das condições de vida das pessoas, localidades ou aldeias. “Assim, diversas lógicas estão presentes, tais como a economia de subsistência e de produção, as relações de reprodução social e convívio. No centro de tudo, aparece a importância das relações afetivas” (GESQ, 2002, p. 20 e 21).

Segundo Abdou Salam Fall, investigador senegalês, não se podem olhar as práticas de economia social e solidária em África, sem as situar “num contexto histórico próprio da região, onde a economia foi historicamente voltada para as necessidades da metrópole colonial, uma realidade sempre presente”, mesmo após a queda do regime colonialista. Para o autor, a procura diária de estratégias para combater a pobreza “criou reservas inimagináveis de riqueza” na economia popular, no setor informal, nos movimentos sociais, etc. Portanto, o autor crê possível a utilização de um “conceito integrador porém multiforme, ligado a um empresariado que, mesmo alargando seu campo de ação, mantém as dimensões humanas e procura acumular para redistribuir” (GESQ, 2002, p. 37).

Na linha de Assogba, Salam Fall também reforça o carácter comunitário e identitário destas práticas económicas; É uma economia que se apoia nas redes onde a confiança, baseada no interconhecimento, é o princípio motor. São atividades nascidas de uma tradição em negócios nos setores não-enquadrados onde se criou a riqueza a partir de linhagens, etnias ou grupos. (...) Trata-se de um sistema de encargo social definido pela comunidade que produz inúmeras valorizações materiais ou não, assim como o local por excelência de invenção de novos valores de produção e redistribuição (GESQ, 2002, p. 36 e 37).

Se na Europa ou na América, como nos diz Moustapha Soumahoro (2007), investigador da Costa do Marfim, estar envolvido no setor informal significa ser marginal face a um sistema formalizado e monopolizador, em África, “é a informalidade que se revela uma estratégia de necessidade e uma estratégia de sobrevivência no quadro de uma dinâmica social integrada” (p. 157).

Marques (2010), citando Favreau e Fréchette (2002), encontra nos acontecimentos económicos do século XX que assolaram os países do Sul – “o agravamento da crise económica, a reestruturação imposta pelo FMI à maioria dos países de África, América Latina e Ásia, os fenómenos de pobreza e exclusão social, entre outros fatores” – a alavanca para o surgimento entre as comunidades, de “novas formas de solidariedade e entreatajuda na tentativa de resolver os problemas com que se confrontavam” (2010, p. 24). Surgiria, neste contexto, e na repescagem de tradições de “solidariedade ordinárias” (isto é, aquelas que se praticam no quotidiano mesmo da vida no interior dos grupos de base – família, etnia, clã...) (França, 2002, p. 16), o que geralmente se denomina de *Economia Popular*, particularmente na América Latina.

No entanto, e Marques (2010) chama a nossa atenção para esse facto, há autores que distinguem Economia Popular de Economia Solidária (Razeto, cit. por Icaza e Tiriba, 2006; Arruda, 2006). Marques cita Arruda (2006) dizendo que este “considera que a Economia Popular se distingue claramente da Economia Social e Solidária, que tem como modo predominante de relação a cooperação e como valores fundamentais a solidariedade



consciente para com todos os seres, o respeito à diversidade, a reciprocidade; enquanto a economia espontânea dos sectores populares ainda está povoada pelo *homo economicus* e *consumens*”.

Ou seja, para Arruda, a Economia Social e Solidária é uma procura racional e refletida do ser humano por uma economia mais justa, “com um sentido de altruísmo recíproco”, enquanto a Economia Popular é uma economia pragmática de procura pela melhoria das condições de vida, pela resposta a uma necessidade, sem grandes preocupações sobre o seu enquadramento ideológico. O conceito de Economia Solidária é, assim, nesta linha, um conceito “exigente” que se, por um lado, “reconhece a existência de um saber popular em matéria de economia, que contribui ele próprio para que as pessoas sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, materiais e imateriais”, por outro, “considera essencial que estes sejam atores conscientes” (Marques, 2010, p. 25, 26).

Na senda do debate sobre o melhor conceito que transmita a pluralidade e a diversidade da realidade Africana, Borzaga e Galera (2014), no relatório elaborado para a União Europeia, *The potencial of the social economy for local development in Africa: an exploratory report*, sublinham que o conceito de “economia social” só poderá ser aplicado à realidade africana se as suas fronteiras forem revisitadas de forma a abarcarem a diversidade de tradições que existem nos países africanos (grupos informais de autoajuda e ajuda mútua, por exemplo). Para isso, propõem que em vez de uma abordagem realizada através das formas legais, se adote uma “abordagem normativa, focada nos dois pontos-chave que explicam o sucesso da economia social para lá da Europa: o facto de estas organizações surgirem em resposta a necessidades de uma certa comunidade e o facto de terem uma natureza ou identidade comunitária” (p. 5).

Formas associativistas

Buscando as raízes da atual economia social e solidária em práticas ancestrais, Bartolomeu Varela (2010) tenta fazer, para Cabo Verde, uma resenha de formas associativistas anteriores à independência e que hoje ainda podem ser encontradas:

- **Tabanca** - associação complexa, de carácter sociocultural e recreativo e que prossegue fins de solidariedade, através da entreatajuda e da prestação de socorros mútuos. É financiada através da contribuição dos seus membros, que pagam uma quotização mensal, e de donativos, quer dos membros, quer de terceiros. Estes recursos são utilizados para a realização de atividades culturais e para apoio aos membros em casos de doença ou morte, podendo também ser empregues para trabalhos agrícolas, construção de casas, etc. A prestação de apoios em casos de morte ou doença tem ganho autonomia em relação à Tabanca, expressando-se, nomeadamente, em inúmeras Associações de Socorros Mútuos, Funerárias, de Poupança e Crédito, que se mantêm.
- **Djuda** - apoio solidário na realização de atividades que exigem força ou destreza e que não podem ser realizadas por pessoas muito novas ou idosas ou doentes ou inválidas; ocorre também em relação a pessoas com laços de parentesco ou grande proximidade afetiva.
- **Djunta-mon** - forma de entreatajuda, devidamente contabilizada, de tal sorte que todo o trabalho realizado por uma pessoa a favor de outrem tem contrapartida, através do pagamento com trabalho de igual ou idêntica natureza. Há, pois, uma reciprocidade obrigatória, ainda que não regulada pelo poder público. Ocorre, sobretudo, entre famílias com fraco poder económico.

Segundo Dias (2007, p. 38), estas formas de cooperação comunitária, terão surgido como forma de “enfrentar as dificuldades – cíclicas ou crônicas – ditadas pelo meio envolvente”, já que as populações de Cabo Verde tinham uma grande dependência face ao trabalho agrícola, trabalho pesado e à mercê dos caprichos do relevo, da meteorologia, entre outros fatores (como pragas), e à forma de povoamento das ilhas de Cabo Verde (pequenos conglomerados dispersos num ambiente por vezes hostil). Para além disto, sublinha o autor, esta cooperação também era necessária como proteção face à autoridade colonial “que não servia ‘a’ população, mas sim, servia-se ‘da’ população”. Conclui, portanto, que um dos elementos estimuladores do surgimento, preservação e multiplicação dessas modalidades de cooperação foi a ausência do Estado.



No documento de trabalho para a Conferência Internacional de Economia Social, *African Responses to the Crisis Through The Social Economy*, Fonteneau e Develtere (2009) apresentam e discutem as seguintes categorias existentes no continente africano: cooperativas, sociedades de assistência mútua ou grupos de ajuda mútua, associações e outras organizações com base comunitária e empresas sociais.

Cooperativas

Em África, as cooperativas foram introduzidas pelos poderes coloniais, tendo sido apropriadas pelos movimentos independentistas no período pós-independência, tornando-se depois, na sequência dos movimentos de independência as mais importantes formas de organização económica. No entanto, “os novos governos independentes criaram laços muito estreitos com as cooperativas, que passaram a ser usadas como instrumentos de mobilização e de controlo a vários níveis sociais e económicos” (Jahier, 2010, p. 3).

Dias, investigador sobre o movimento cooperativista em Cabo Verde, valida esta interpretação, dizendo que, numa 1ª fase, após a independência em 1975:

o cooperativismo é promovido pelo Governo e pelo partido, sobretudo como um *instrumento* para apoiar na resolução do problema da distribuição de bens de primeira necessidade à população do meio rural. A importância atribuída ao sector é sedimentada na Constituição aprovada em 5 de Setembro de 1980, que reconhece no seu Artigo 11º três formas de propriedade: pública, privada e cooperativa (Dias, 2007, p. 46).

A 2ª fase teria o seu início com o surgimento do Instituto Nacional das Cooperativas (INC) e a melhor organização do setor. Vários autores (Dias, 2007; Varela, 2010) avaliam que durante estas duas fases se encontram algumas características que originam a desconfiança da população e tornam o modelo cooperativista frágil – um certo paternalismo político do Estado/Partido/INC, a excessiva diretividade no processo de construção das cooperativas, o fraco conhecimento das populações sobre o modelo proposto e outras competências necessárias à sua boa gestão, fruto de um processo totalmente “de cima para baixo”, sem o completo comprometimento dos membros.

Na década de 90, a influência do liberalismo económico atinge a grande maioria dos países africanos, perdendo as cooperativas a conotação estatal que anteriormente existia. Se em alguns países este facto permitiu recuperar “a autonomia, o carácter voluntário e a democracia interna que são apanágio do modelo cooperativo”, entrando o cooperativismo numa “nova fase de renascimento e de expansão” (Jahier, 2010, p. 3), noutros, nomeadamente Cabo Verde, a abertura à nova matriz ideológica simbolizou o retrocesso no movimento cooperativista tendo sido eliminado o seu estatuto de “terceiro tipo de propriedade” na Constituição de 1992 (que o coloca dentro do âmbito da propriedade privada), “são-lhe retirados os benefícios legais e administrativos de que usufruía, e o Governo dá início a um processo acelerado de *desengajamento* do sector cooperativo, que culmina com a extinção do INC em 1997 e em 1999, com a remoção de todas as referências ao sector cooperativo na Constituição, passando a mencionar unicamente os sectores público e privado como atores económicos. As cooperativas passam então a serem governadas pelo Código Comercial, que as consideram, para todos os efeitos, como meras empresas privadas” (Dias, 2007, p. 52).

No entanto, na atualidade, segundo Varela, há sinais que apontam para uma revalorização do cooperativismo e da economia social. Estes apresentam-se como resposta importante para a “necessidade de se encontrar soluções de empreendedorismo económico de rosto humano, que dê resposta às necessidades de progresso da sociedade cabo-verdiana”. No entanto, continua, “há que ultrapassar o preconceito, absolutamente erróneo, de que a cooperativa é ‘coisa de pobres’, resgatando a ideia (esta, sim, correta!) de que uma cooperativa bem concebida e bem gerida pode ser uma importante arma de luta bem-sucedida contra a pobreza” (Varela, 2010, p. 11).

Segundo o Parecer de Jahier (2010), que cita dados de Fonteneau e Develtere (2009), a maior parte das cooperativas africanas são detidas pelos clientes e operam no sector agrícola, estando também muito difundidas no sector do crédito. Há ainda cooperativas ativas nos sectores da construção, dos seguros e da distribuição. Calculase que, na atualidade, cerca de 7% dos africanos sejam sócios de uma cooperativa (Pollet, 2009).



Sociedades de ajuda mútua e outros grupos de entreajuda

As sociedades de ajuda mútua têm essencialmente o objetivo de prestar serviços sociais aos próprios membros e às respetivas famílias, partilhando riscos e recursos e operando no sector da proteção social, com uma tónica particular na saúde e nos serviços funerários. “Os números e os efeitos são significativos – calculase que pelo menos 500 sociedades mútuas operem na África Ocidental, chegando assim a várias centenas de milhares de pessoas” (Jahier, 2010, p.4). Ainda nesta categoria há a salientar as organizações e/ou grupos similares, formais ou informais, que operam igualmente noutros sectores. É esse o caso das tontines, na África francófona, das *ROSCA* (*Rotative Savings and Credit Association*), na África anglófona, ou das *Abota* (Guiné-Bissau), *Kixikila* (Angola) e *Xitique* (Moçambique), em países da África lusófona, que serão apresentados no capítulo 6.

Associações e outras organizações comunitárias

Um outro grupo muito numeroso em África é o constituído pelas associações, quer nos meios rurais como urbanos, e numa multiplicidade de áreas de intervenção. A forma destas organizações assume um carácter bastante heterogéneo, entre as quais se contam as organizações voluntárias, comunitárias, as organizações sem fins lucrativos, não-governamentais (ONG), entre outras.

Ki-Zerbo, historiador do Burkina Faso, defende este tipo de organizações, sublinhando, “há investimentos ao nível das comunidades, uma responsabilização por parte das famílias que não encontramos nem no “privado-privado” do mercado capitalista, nem na economia estatizada” (2006, p. 165).

O número de associações no âmbito da economia social aumentou exponencialmente com os processos de democratização dos anos noventa, graças à melhoria dos enquadramentos jurídicos e à flexibilização dos processos.

Destacamos o caso da Guiné-Bissau onde surgiram, sobretudo na zona Norte do país, uma tipologia de associações específica, a dos “*Filhos e Amigos da Tabanca*” (Lopes, 2012, p.88). Estas associações, presentes e importantes em vários países de África Ocidental (Fall e Guèye, 2009), fruto das preocupações sociais dos habitantes das comunidades, sobretudo dentro de grupos étnicos com algum (ainda que pequeno) poder económico, são criadas com as seguintes finalidades, identificadas por Lopes (2012): “1º reconhecimento de necessidades não respondidas; 2º reconhecimento das incapacidades do Estado em dar resposta a estas necessidades; 3º reconhecimento da existência de meios – ainda que escassos – que permitem atenuar as dificuldades; 4ª) sentimento muito forte de pertença a um local e a uma comunidade” (p. 89). Animadas por estes objetivos, estas organizações, alimentadas pelo trabalho e pelo financiamento das próprias comunidades e dos emigrantes da comunidade a viver noutros países, tentam responder aos seguintes problemas sociais: “a educação, a saúde, as infraestruturas, nomeadamente estradas que permitem diminuir o isolamento da tabanca” (idem, ibidem).

Uma atenção deve ser dada ainda às ONG, organizações que, na grande maioria das vezes, fazem a ponte entre o Norte e o Sul. Os grandes desafios que se colocam a estes organismos são, entre outros: a autonomia, devido à sua dependência face aos financiadores e a não diretividade, ou seja, a não exportação (e muitas vezes, imposição) de modelos do Norte *ipsis verbis* para o Sul, o que não raramente condiciona todo o seu trabalho e os resultados no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento. De salientar, ainda, que estas organizações são, muitas vezes, o motor do surgimento de outras tipologias de organizações de ES, como as associações ou cooperativas, uma vez que muitos dos seus projetos contemplam o reforço de capacidades dos atores do Sul para que se possam organizar e concorrer a financiamentos internacionais. Desta forma, as ONG, sobretudo na área do Desenvolvimento, podem ser consideradas impulsionadoras da passagem de atividades informais, neste setor, para a formalização das mesmas.

Barros (2012), investigador guineense, chama a nossa atenção para este facto: “É unanime nos estudos realizados sobre o associativismo guineense [...] o carácter instrumental dessas organizações devido a filosofias de projetos



dos doadores que privilegiam o trabalho direto com os grupos sociais (organizados formalmente) o que fez disparar o número de associações, quer na capital como nas zonas rurais do interior do país” (p.74). No entanto, também nos alerta para o perigo que se pode correr, uma vez que a existência de linhas de financiamento específicas pode contribuir “para esvaziar as associações da sua agenda prioritária, condicionando o que realmente querem, podem e têm mandato para fazer” (idem, ibidem).

Empresas sociais

Fonteneau e Develtere, citando Mori & Fulgence (2009) assinalam o facto de, para o caso da Tanzânia, e arriscamos dizer que na maioria dos países africanos, “o conceito de empresa social não é muito conhecido em África mesmo pelos atores da economia cujas atividades poderiam englobar-se no empreendedorismo social” (2009, p. 12).

Fundações

Fonteneau e Develtere apresentam a discussão sobre as Fundações são consideradas ou não organizações da Economia Social, em diversos países do mundo, dizendo que esta questão ainda não foi analisada para o contexto africano. No entanto, assumem a seguinte posição “o que se pode concluir do presente debate, e por enquanto, é que muitas fundações apoiam estruturas de economia social, em África, e que na Europa, por exemplo, tendem a ser classificadas como organizações de economia social” (2009, p.13).

O mesmo documento levanta ainda a questão sobre a economia informal, dado o seu peso na economia africana, e a sua relação com a Economia Social, concluindo que, a distinção ou relação entre ambas dependerá da sua missão, dos seus valores e dos seus princípios de governança (2009).

Apresentamos, para terminar, um diagrama que pode representar a Economia em África: na zona vermelha, apresentam-se as organizações que não estão incluídas na ES, na zona amarela, as que claramente fazem parte da mesma e, na laranja, as que precisam de ser examinadas caso a caso.

DIAGRAMA 2.2: APROXIMAÇÃO À ECONOMIA EM ÁFRICA



Fonte: Fonteneau, B. e Develtere, P. (2009) *African responses to the crisis through the social economy: Working document for the International Conference on the Social Economy*. HIVA, Katholieke Universiteit Leuven, p. 8. (Adaptado de Ninacs, 2002).



CONCLUSÃO

Através da revisão de literatura, percebe-se que as organizações de ESS anteriormente referidas, sejam elas formais ou informais, têm um impacto económico e social relevante em África. Por um lado, criam postos de trabalho e proporcionam uma participação direta e democrática na distribuição dos recursos, por outro, intervindo na sociedade, especificamente nas zonas mais pobres, onde as intervenções estatais são escassa estas organizações garantem o acesso a bens, serviços e a medidas de proteção social aos grupos mais frágeis e marginalizados, produzindo efeitos diretos na redução da pobreza (Jahier, 2010)

Yao Assogba reforça esta ideia, dizendo, no entanto, que são necessárias duas condições para que a economia africana, que ele apelida de popular, se torne, de facto, uma alternativa: “1) o reconhecimento da economia popular africana como via incontornável de crescimento e de desenvolvimento alternativo dos Estados africanos, através da transferência de poderes para estas organizações; 2) novas relações no Norte e no Sul, através de relações de solidariedade entre organizações de economia social e solidária do Norte e do Sul” (GESQ, 2001, p. 20 e 21).

Este capítulo teve a intenção de fornecer uma visão geral, a qual por sua vez não pretende ser exaustiva, especialmente quando falamos sobre o mosaico de identidades e perfis das organizações dentro da ESS e das suas aproximações conceptuais. Tal como advogam Ridley-Duff e Bull, a definição não é um exercício intelectual abstrato, mas antes “é um processo dinâmico comprometido no quotidiano das pessoas que decidem como desenvolver e identificar o seu empreendimento, quais as regras para um apoio económico e até que ponto essas regras podem ser flexíveis” (2011, p. 57).

Referências - Perpetiva Geral

- Dash, A. (2014) *Toward an epistemological foundation for social and solidarity economy*. Potential and limits of the social and solidarity economy, Occasional Paper 3. UNRISD [Internet]. Disponível em: [http://www.unrisd.org/80256B3C005BC-CF9/\(httpAuxPages\)/2DE9BF410E3B8F94C1257CA600310304/\\$file/OP3Dash.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BC-CF9/(httpAuxPages)/2DE9BF410E3B8F94C1257CA600310304/$file/OP3Dash.pdf) [Consultado a 18 de Junho de 2015]
- EMES (2015) *Focus areas* [Internet]. Disponível em: <http://emes.net/focus-areas/> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
- Fleber, C. (2012) *La economía del bien común*. Deusto, Grupo Planeta.
- International Labour Organization (2014a) *Social and solidarity economy* [Internet] Disponível em: http://www.ilo.org/par-dev/south-south/WCMS_248046/lang--en/index.htm [Consultado a 13 de Maio de 2015].
- International Labour Organization (2014b) *IV Academia sobre economia social y solidária. Cooperación sul-sul e triangular e triangular e economia social e solidária*. [Internet] Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_248046.pdf [Consultado a 13 de Maio de 2015].
- Monzón, J-L. & Chavez, R. (2012) *La economía social en la Unión Europea*. Bruselas, Comité Económico y Social Europeo [Internet]. Disponível em: <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-30-12-790-es-c.pdf> [Consultado a 22 de Julho de 2015].
- Max-Neef (2013) *La economía desenmascarada. Del poder y la codicia a la compasión y el bien común*. FUHEM [Internet]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W19UVPBfxm> [Consultado a 3 de Fevereiro de 2015].
- OECD (2014) Job creation in the social economy and social entrepreneurship. En: *OECD Job creation and local economic development*, OECD Publishing, pp.141-158. [Internet] Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/job-creation-and-local-economic-development_9789264215009-en;jsessionid=2hkroe5lcbb21.x-oecd-live-03 [Consultado a 14 de Junho de 2015].
- Pearce, J. (2003) *Social enterprise in Anytown*. London: Calouste Gulbenkian Foundation.
- RIPESS (2015) *Visión global de la economía social solidaria: convergencias y contrastes en los conceptos, definiciones y marcos conceptuales* [Internet]. Disponível em: http://www.ripest.org/wp-content/uploads/2015/02/RIPESS_Vision-Global_ESP1.pdf [Consultado a 3 de Julho de 2015].
- UNDESA (2015) *Poverty and the social economy*. Social Policy and Development Division [Internet]. Disponível em: <http://undesadspd.org/Poverty/PovertyandtheSocialEconomy.aspx> [Consultado a 3 de Maio de 2015].
- UNRISD (2014) *La Economía Social y Solidária y el Reto del Desarrollo Sustentável*. Geneva, UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy

- [Internet]. Disponível em: <http://www.unrisd.org/ssetaskforce-positionpaper-spn> [Consultado a: 20 de Março de 2015].

Referências - Perspetivas Europeias

- CEPES (2015a) *Mutualidades* [Internet]. Disponível em: http://www.cepes.es/pagina_cepes=11 [Consultado a 15 de Junho 2015].
- CEPES (2015b) *Sociedades laborais* [Internet]. Disponível em: http://www.cepes.es/pagina_cepes=30# [Consultado a 3 de Agosto de 2015]
- Committee on Employment and Social Affairs of the European Parliament (2009) *Report on social economy (2008/2250(INI))* Committee on Employment and Social Affairs. Session Document A6-0015/2009. Rapporteur: Patrizia Toia.
- Defourny, J. (2009) Economia Social. In: Cattani, A.D., Laville, J-L., Gaiger, L.I. & Hespanha, P. eds. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina/CES, pp.156-161.
- Defourny, J. (2014) From third sector to social enterprise: a European research trajectory. In: Defourny, J., Hulgard, L. and Prestoff, V. (2014) eds. *Social Enterprise and the Third Sector: Changing European Landscapes in a comparative perspective*. London, Routledge, pp.1-20.
- Defourny, J. & Nyssnes, M (2010) Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1 (1), pp.32-53.
- Doherty, B., Haugh, H. & Lyon, F. (2014) Social enterprises as hybrid organizations: a review and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16 (4), pp. 417–436
- European Commission (2015) *Social economy in the EU* [Internet]. Disponível em: http://ec.europa.eu/growth/smes/promoting-entrepreneurship/we-work-for/social-economy/index_en.htm [Consultado a 3 de Agosto de 2015]
- Hart, K. Laville, J-L. & Cattani, A-D. (2010) Building the human economy together. In Hart, K. Laville, J-L. & Cattani, A-D. *The human economy*. Cambridge, Polity.
- Monzón, J-L. & Chaves, R. (2012) *La economía social na União Europeia*. Bruselas, Comité económico e Social Europeo. [Internet]. Disponível em: <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-30-12-790-es-c.pdf> [Consultado a 22 de Julho de 2015].
- Pearce, J. (2009) Social economy: engaging as a third system? In: Amin, A. *The social economy: international perspectives on economic solidarity*. London, Zed Books, pp.22-33.
- Ridley-Duff, R. & Bull, M. (2011) *Understanding social enterprise: theory and practice*. London, Sage.
- OECD, 2013. *Job Creation through the Social Economy and Social Entrepreneurship*. [Internet]. Disponível em: <http://www.oecd.org/cfe/leed/jobcreationthroughthesocialeconomyandsocialentrepreneurship.htm> [Consultado a: 20.04.2015]

Referências - Perspetivas da América Latina

- CÁCERES, E. (2014) *El rol de las ONG´s en América Latina: Los desafíos de un presente cambiante*. Mesa de Articulação de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Lima, 2014. [Internet]. Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/11/ROL-ONG-Latinoamerica.pdf> [Consultado a 28 de julho de 2015]
- Coraggio, J-L. (2011) *Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital*. Quito. Abya-Yala/Flacso.
- Coraggio, J-L (2008). *La Economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana* [Internet]. Disponível em: http://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files//1279730228.ponencia_jlc.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].
- Coraggio, J-L (2007) La Economía Social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI *Revista Foro* (Bogotá), 62. [Internet]. Disponível em: http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1279562108.la_economia_social_y_la_búsqueda_de_un_programa_coraggio.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].
- Coque Martinez, J. (2002) Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 43. CIRIEC-España. [Internet]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17404309> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
- Deux, M-V. (2014) Acerca de la economía social y solidaria como una alternativa en construcción. En: Schujman, M.S, Peixoto de Albuquerque, P., Pereyra, K.C. & Tomatis, K. eds. *Economía social y solidaria: praxis, vivencias e intenciones*. Argentina,



- Ediciones DelRevés, pp.175-189. [Internet]. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2012/10/MAESTRIA-EBOOK.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
- Fuchs, R-M., Prialé, M-A. & Caballero, S. Empresas sociales como catalizadores del desarrollo en las regiones del Perú, en *Agenda 2014. Propuestas para mejorar la descentralización*. Universidad del Pacífico, Lima 2014. [Internet]. Disponível em: <http://agenda2014.pe/publicações/agenda2014-empresas-sociales-regional.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Guerra, P. (2012) Las legislaciones sobre economía social y solidaria en América Latina. Entre la autogestión y la visión sectorial. *Revista de la Facultad de Derecho* 33, Montevideo, Julio-Diciembre, pp. 73-94. [Internet]. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/5.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Hintze, S. (2006) *Políticas sociales argentinas en el cambio de siglo. Conjeturas sobre lo posible*. Ponencia preparada para el Seminario-Taller de Economía Social de la Patagonia, Trelew, 8-10 noviembre 2006. [Internet]. Disponível em: http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Hintze_Pol_ticas_ESyS__RILESS_.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Hintze, S. & Deux, M-V. (2014) Políticas de promoção de la economía social y solidaria. En: Schujman, M. S, Peixoto de Albuquerque, P., Pereyra, K.C. & Tomatis, K. eds. *Economía social y solidaria: praxis, vivencias e intenciones*. Argentina, Ediciones DelRevés, pp. 443-455. [Internet]. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2012/10/MAESTRIA-EBOOK.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Martí, J-P. (2014) Notas para la construcción de una historia del cooperativismo en América Latina. En: Schujman, M.S, Peixoto de Albuquerque, P., Pereyra, K.C. & Tomatis, K. eds. *Economía social y solidaria: praxis, vivencias e intenciones*. Argentina, Ediciones DelRevés, pp. 89-120. [Internet]. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2012/10/MAESTRIA-EBOOK.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Razeto, L. (2002) *Economía de solidaridad y profundización de la democracia para una nueva civilización*. Ponencia presentada en el Foro Social Mundial, Porto Alegre, Brasil, Febrero 2002. [Internet]. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net/content/econom%C3%ADa-de-solidaridad-y-profundizaci%C3%B3n-de-la-democracia-para-una-nueva-civilizaci%C3%B3n> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - ----- (1999) La economía solidaria: concepto, realidad y proyecto. En revista *Pessoa y Sociedad*, Volumen XIII, N° 2 Agosto, Santiago de Chile.
 - ----- (1997). Los caminos de la solidaridad. Ediciones Lumen-Humanitas, Buenos Aires-Madrid.
 - ----- (1986) Economía popular de solidaridad. Área Pastoral Social de la Conferencia Episcopal del Chile, Programa de Economía del Trabajo (PET), Santiago.
 - Sarria, A-M. (2014) Políticas públicas para economía solidaria, participación ciudadana y modelo de desarrollo. Un análisis de la experiencia Brasileña. En: Schujman, M.S, Peixoto de Albuquerque, P., Pereyra, K.C. & Tomatis, K. eds. *Economía social y solidaria: praxis, vivencias e intenciones*. Argentina, Ediciones DelRevés, pp.419-441. [Internet]. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2012/10/MAESTRIA-EBOOK.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Vuotto, M. & Fardelli, C. (2014) Especificidad de la gestión de las organizaciones de la economía social. En: Schujman, M. S, Peixoto de Albuquerque, P., Pereyra, K.C. & Tomatis, K. eds. *Economía social y solidaria: praxis, vivencias e intenciones*. Argentina, Ediciones DelRevés, pp. 327-354. [Internet]. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2012/10/MAESTRIA-EBOOK.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Declaração mundial sobre cooperativismo de trabalho asociado (existe em vários idiomas) Disponível em: http://www.cicopa.coop/IMG/pdf/declaration_approved_by_ica_-_es-2.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - Estándares mundiais de las cooperativas sociales (existe em vários idiomas) Disponível em: http://www.cicopa.coop/IMG/pdf/world_standards_of_social_cooperatives_es.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].
 - R193 Recomendación sobre la promoción de las cooperativas, 2002
 - Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/IMG/recomendacion193.pdf> [Consultado a 30 de Julho de 2015].

Referências - Perspetivas Africanas

- Amaro, R. (2005) Toda a economia deveria ser solidária, *Pessoas e Lugares*. Disponível em: http://www.esquerda.net/media/rogerio_roque_amaro.pdf [Consultado a 30 de Julho de 2015].



- Barros, M. de (2012) A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011). *Africana Studia*, nº18, 1º semestre, pp. 71-82. Porto: CEAUP.
- Borzaga, C. e Galera, G (2014) *The potencial of the social economy for local development in Africa: an exploratory report* [Internet]. European Union, Policy Department DG External Policies. Disponível em: <http://www.euricse.eu/publications/the-potential-of-the-social-economy-for-local-development-in-africa-an-exploratory-report/> [Consultado a 31 de julho de 2015].
- Dias, P. (2007) *Ideologia versus Práticas de Gestão - O caso das cooperativas de consumo na ilha de Santo Antão*. Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Global. Lisboa. ISCTE-IUL.
- Fall, A. S. e Guèye, C. (2009) *Les ressorts d'une économie sociale et solidaire* [Internet] Le Centre tricontinental. Disponível em: <http://www.cetri.be/Les-ressorts-d-une-economie?lang=fr> [Consultado a 10 de agosto de 2015].
- Fonteneau, B. e Develtere, P. (2009) *African responses to the crisis through the social economy: Working document for the International Conference on the Social Economy*. [Internet] HIVA, Katholieke Universiteit Leuven. Disponível em: https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/328782/1/africantothecrisis_en.pdf [Consultado a 4 de junho de 2015].
- França, G. (2002) Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais, *Bahia Análise & Dados*, vol. 12, nº. 1, pp. 9-19. Salvador: SEI.
- Groupe d'économie solidaire du Quebec (GESQ) (2001) Sínteses e Conclusões. A Economia Social e Solidária: Uma Perspectiva Norte-Sul. Segundo Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade. [Internet] Quebec. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/cahier_gesq_01-_sintese.pdf [Consultado a 5 de junho de 2015].
- Jahier, L. (2010) *Papel e perspectivas da economia social africana na cooperação para o desenvolvimento (Parecer de iniciativa)*. [Internet] Bruxelas. Comité Económico e Social Europeu. Disponível em: https://webapi.eesc.europa.eu/documentsanonymous/ces992-2010_ac_pt.doc/content. [Consultado a 4 de junho de 2015].
- Ki-Zerbo, J. (2006), *Para quando África? Uma entrevista com René Holenstein*, Porto. Campo das Letras.
- Lopes, C. (2012) Papel das associações no desenvolvimento rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau. *Africana Studia*, nº18, 1º semestre, pp. 83-96. Porto: CEAUP.
- Marques, J. (2010) *Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o Desenvolvimento Comunitário. Uma análise comparada Cabo Verde - São Tomé e Príncipe*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Social e Solidária. Lisboa. ISCTE-IUL.
- Pollet, I. (2009) *Cooperatives in Africa: The age of reconstruction – synthesis of a survey in nine African countries*. [Internet] Series on the status of cooperative development in Africa. CoopAfrica Working Paper No.7. Dar es Salaam: International Labour Organization. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_117876.pdf [Consultado a 10 de maio de 2015].
- Santos, B. S. (2007) *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Soumahoro, M. (2007) L'économie sociale dans le monde. Un questionnement sur sa manifestation en Afrique. [Internet] *Économie et Solidarités*, volume 38, numéro 1, pp. 156-167. CIRIEC-Canada. Disponível em: http://www.ciriec.uqam.ca/pdf/numeros_parus_articles/3801/ES-3801-10.pdf [Consultado a 12 de agosto de 2015].
- Varela, B. (2010) *Um olhar sobre a evolução do movimento cooperativo em Cabo Verde*. [Internet] Comunicação apresentada por ocasião do Dia Internacional das Cooperativas, 3 de Julho. Praia. Disponível em: https://www.academia.edu/1053808/Um_olhar_sobre_a_evolu%C3%A7%C3%A3o_do_movimento_cooperativo_em_Cabo_Verde [Consultado a 5 de junho de 2015].



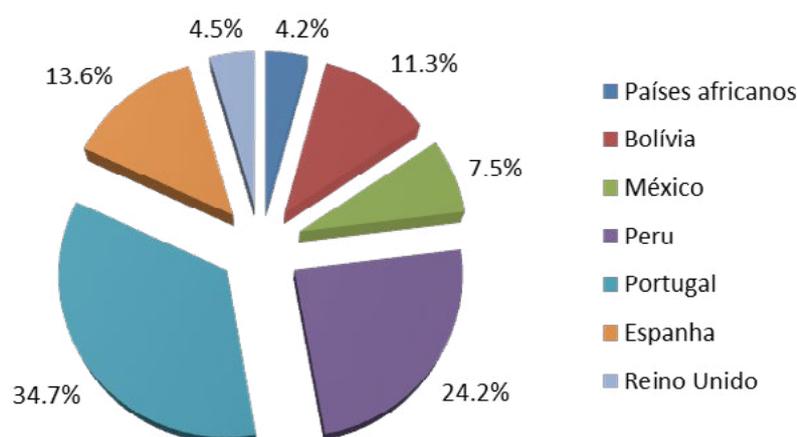
3. SECCÃO DIALÓGICA

Perfil das organizações estudadas

Cada uma das entidades académicas que constituem o Consórcio do projeto encarregou-se de enviar o inquérito a uma região concreta, fazendo-o através de diversas redes universitárias, cooperativas, empreendimentos sociais locais ou outro tipo de bases de dados. O facto de se terem analisado diferentes zonas geográficas possibilita vislumbrar tendências da ESS a nível internacional.

Na Figura 2.1 pode observar a proveniência das organizações de ESS que preencheram o questionário sobre identidade e perfil. O maior número de questionários foi recolhido em Portugal e no Peru (constituindo 34.7% e 24.2% do total, respetivamente), seguidos pela Espanha (13.6%) e pela Bolívia (11.3%). Ainda que para outros países a percentagem seja menor, os dados recolhidos permitiram-nos fazer um estudo minucioso para cada um deles. Neste sentido, as figuras seguintes apresentam cada país por separado, exceto no caso dos países africanos que, por não apresentarem um número suficiente de respostas aos inquéritos e atendendo também à aparente similitude de perfil, foram considerados em conjunto

Figura 2.1.
Proveniência das organizações que preencheram o questionário

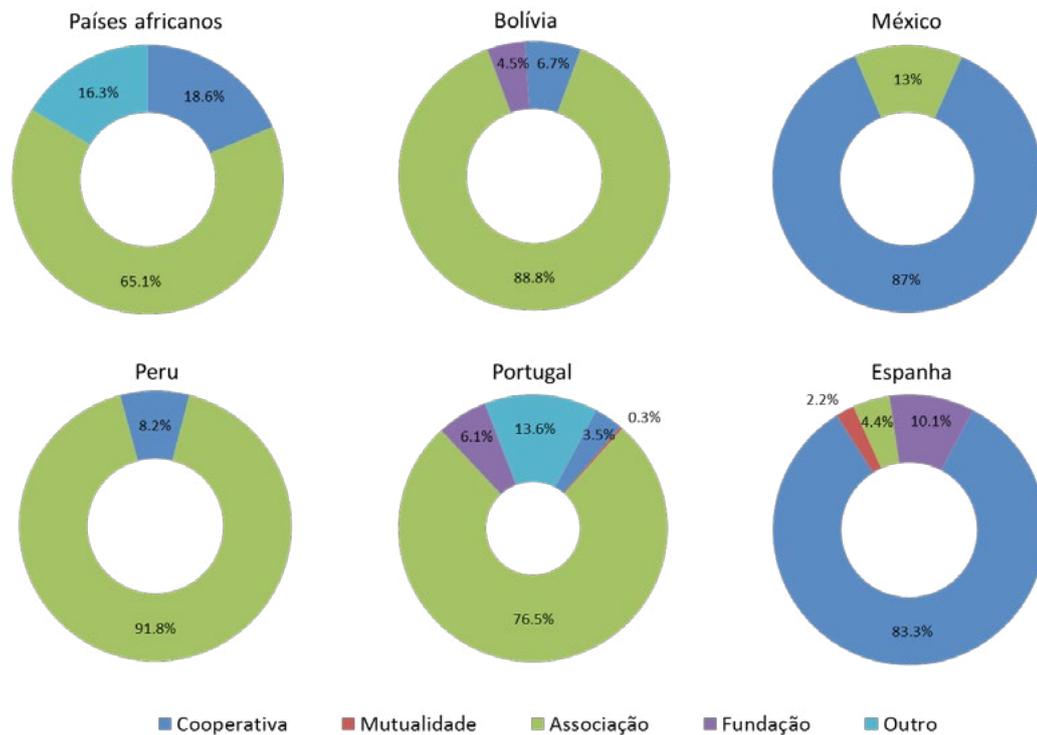


Estudo estatístico elaborado Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John com a colaboração de Francisco J. Blanco Encomienda da Universidade de Granada.

Relativamente à forma jurídica de cada organização, na Figura 2.2 pode verificar-se que tanto nos países africanos consultados (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde), assim como na Bolívia, Peru e Portugal, a maior parte das organizações de ESS opção por registar-se como associação, enquanto no México e em Espanha o fazem como cooperativa.



Figura 2.2.
Forma jurídica
(países africanos, latino-americanos e europeus, exceto o Reino Unido)



O facto de a maioria das organizações dos países africanos estarem legalmente constituídas como associações (65.1%) ou como cooperativas (18.6%), que são as formas jurídicas mais consolidadas e importantes historicamente, deve-se às poucas opções de registo das instituições de ESS nestes países. Através do nosso estudo detetamos um grande número de grupos informais –que não estão estabelecidos legalmente– e de ONG, que em termos jurídicos estão registadas como associações. Assim, a percentagem correspondente a outra forma jurídica não contemplada (16.3%) deixa patente a necessidade de definir mais figuras legais que cubram a diversidade de organizações que operam nesses países.

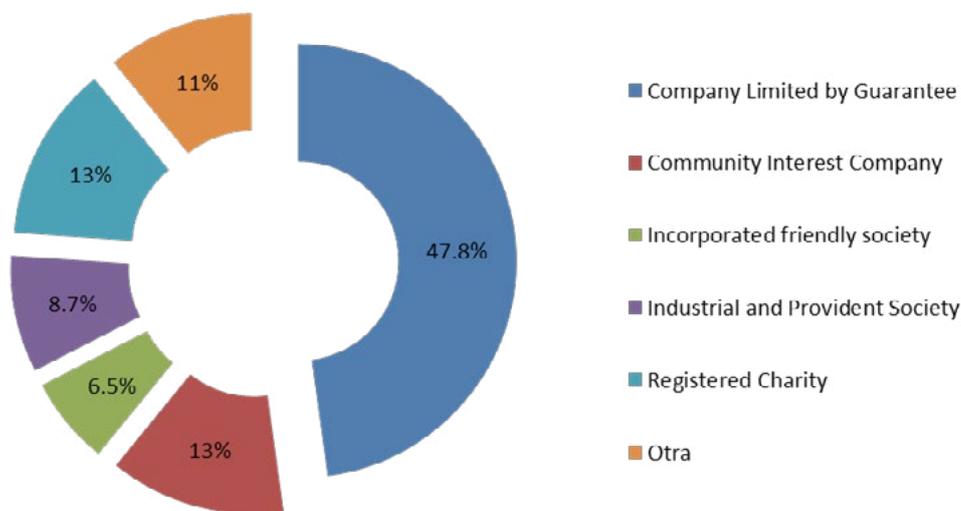
Algo semelhante acontece em Portugal, país em que as figuras jurídicas para as organizações de ESS também não são muito variadas. Com este estudo foi possível constatar que, na atualidade, as formas jurídicas mais relevantes continuam a ser as mesmas desde há muitas décadas. A alta percentagem correspondente às associações (76.5%) também se deve a uma peculiaridade portuguesa: a existência das chamadas Instituições Privadas de Segurança Social (IPSS), que se distribuem por todo o país e que podem ter objetivos muito diferentes, ainda que quase todas atuem em áreas de assistência social onde o Estado não consegue chegar ou opta por não intervir de forma direta, mas sim através do financiamento.

Relativamente aos outros países nos quais a associação é a forma legal predominante (Bolívia e Peru, 88.8% e 91.8%, respetivamente) é importante assinalar que na maioria dos países latino-americanos o Estado promove o associativismo para empreender ações coletivas como uma estratégia de luta contra a pobreza.

Embora para os países anteriores tenhamos podido encontrar formas jurídicas equivalentes, no Reino Unido isso não foi possível, daí que as tenhamos analisado de forma separada, estando representadas as percentagens correspondentes a cada uma delas na figura seguinte:



Figura 2.3.
**Forma jurídica
(Reino Unido)**



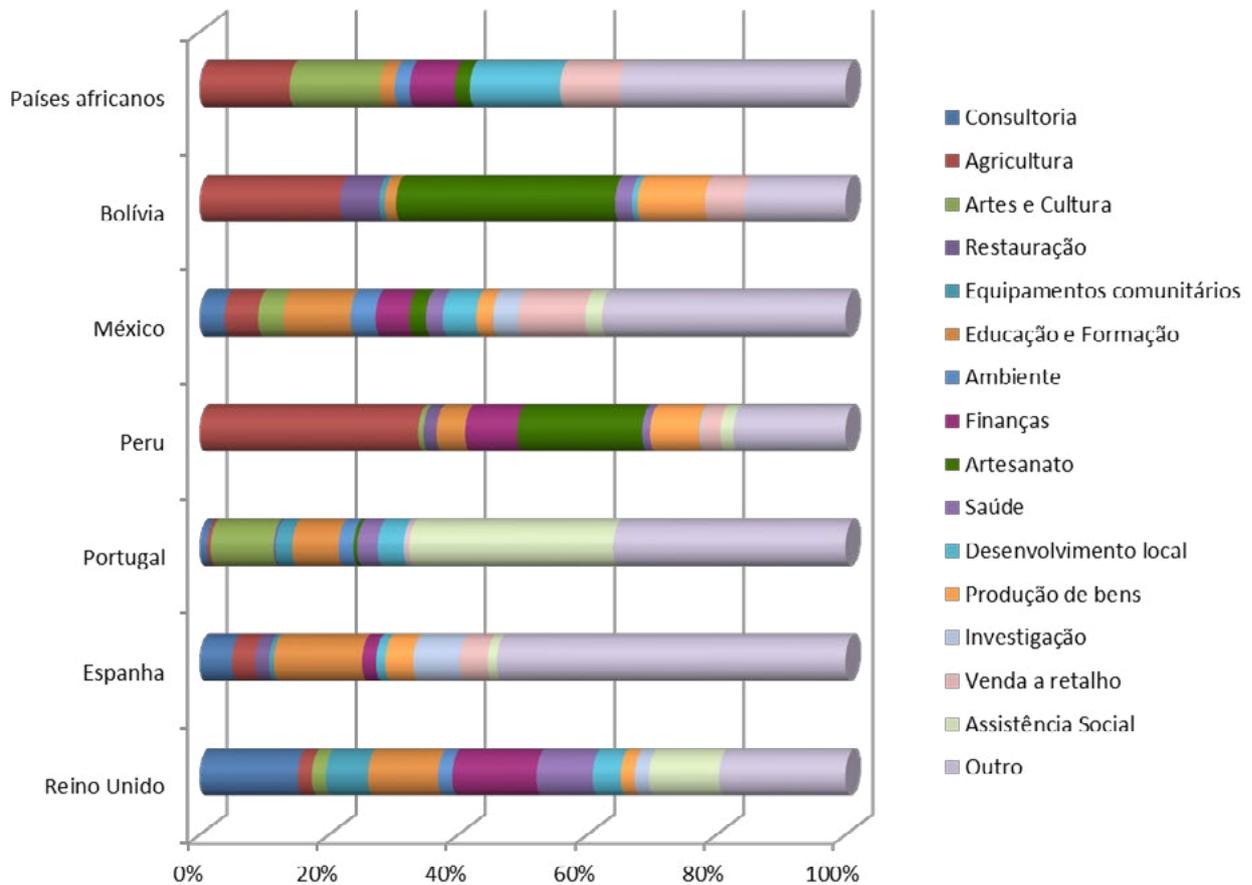
Historicamente, o governo do Reino Unido proporcionou uma grande variedade de formas jurídicas para as organizações de ESS (um termo não muito conhecido no Reino Unido, onde conceitos como empresa social, cooperativa ou terceiro setor são melhor compreendidos como conceitos gerais). As organizações podem adotar uma destas formas legais e combiná-las com a de cooperativa ou com a de organização sem fins lucrativos.

Isto permite-lhes ter, ao mesmo tempo, uma faceta comercial e outra não lucrativa, podendo levar a cabo atividades comerciais e, ao mesmo tempo, recolher fundos através de donativos. Para além disso, é importante dizer que algumas das formas jurídicas consideradas são apresentadas por instituições de dimensões muito distintas, ou seja, entre as organizações estudadas há desde pequenas empresas sociais com menos de dez colaboradores até grandes instituições financeiras em regime de cooperativa e mutualidade com uma faturação anual de milhões de euros.

No que diz respeito ao setor principal ao qual se dedicam as organizações inquiridas, no questionário consideraram-se 37 setores embora na Figura 2.5 apenas apareçam aqueles que estão presentes na maioria dos países, para melhor identificar as áreas às quais se dedicam as organizações de ESS em diferentes partes do mundo.

Nos países africanos, os principais setores de atividade das organizações de ESS das quais se recolheram dados são a agricultura, a arte e cultura e o desenvolvimento local (em conjunto, somam cerca de 45%), que são precisamente os setores tradicionais de atividade nos referidos países. O facto de a agricultura, e as decorrentes atividades de transformação, continuarem a ser a principal ocupação pode dever-se à tendência que existe para a proteção dos valores tradicionais, muitas vezes impulsionada pela existência de fundos provenientes de outros continentes. Relativamente ao desenvolvimento local, é importante referir que engloba muitas atividades diferentes. É ainda relevante também a percentagem correspondente a outros setores, já que o facto de 25.6% das organizações inquiridas não trabalharem em nenhum dos 37 setores contemplados e deixa patente a diversidade que existe em matéria de ESS e a necessidade de se continuar a estudar e a investigar o tema, prestando especial atenção a territórios poucos estudados até agora, como pode ser o caso dos países africanos.

Figura 2.4.
Setor principal



As organizações de ESS na Bolívia e no Peru dedicam-se a distintos setores da economia, tanto ao nível da economia de subsistência como ao nível de organizações vinculadas ao mercado internacional (por exemplo, o caso das cooperativas peruanas de produção de café, milho e cacau, entre outras). Os setores onde há uma maior concentração são o agrícola, seguido do artesanal, sendo estes onde operam mais de metade das organizações bolivianas e peruanas analisadas (55.6% e 53.3%, respetivamente). Destacam-se também os setores financeiro no Peru, com as cooperativas de poupança e crédito e as caixas municipais, e o de produção industrial e de bens na Bolívia.

Se direcionamos a nossa atenção para o México, depreendemos, da Figura 2.4 que os setores predominantes são o da educação/formação e o do comércio a retalho, com 10.4% cada um. No entanto, estes ocupam o segundo e terceiro lugar, já que o setor por excelência entre as organizações de ESS mexicanas é o do Turismo, com 27.2%. Uma vez que este não é um setor no qual trabalhem as organizações dos outros países, este não foi representando na figura, porém, pela expressividade do valor, pensamos merecer a referência.

Em Portugal, a maioria das atividades realizadas pelas organizações de ESS enquadram-se no setor da ação social (31.6%), sobretudo dadas as características das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) que, como já foi referido anteriormente, são organizações com uma presença muito forte no país. Importante também destacar, ainda que com valores menores, as organizações que se dedicam a atividades relacionadas com as artes e a cultura (9.8%), bem como as dedicadas à educação/formação (7.2%). Há também uma percentagem significativa



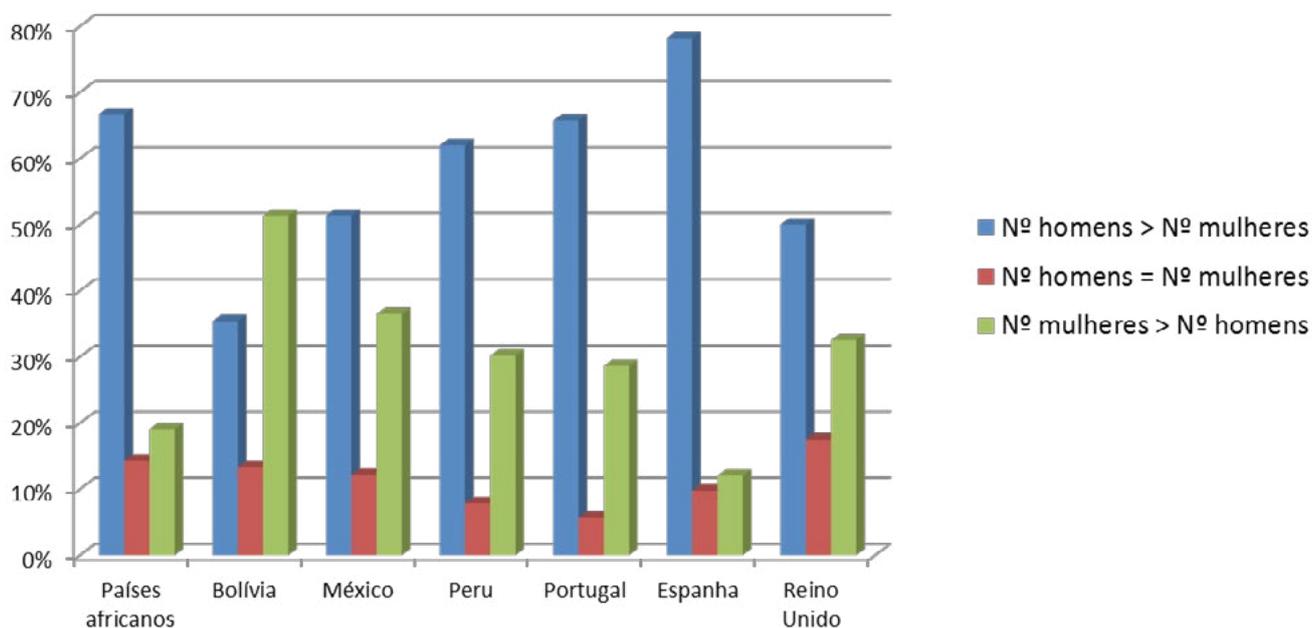
correspondente a outros setores, entre os quais se encontram muitos tipos diferentes de organizações, como, por exemplo, as dedicadas ao desporto e lazer e o das associações de bombeiros voluntários, uma realidade muito específica de Portugal.

No caso de Espanha, ainda que a percentagem correspondente às organizações de ESS que trabalham no setor da educação/formação mereça ser destacado (13.7%), mais relevo deverá ser dado ao valor da produção industrial, sendo o setor principal entre as organizações inquiridas (24.5%), ainda que seja um setor pouco frequente nas restantes zonas geográficas analisadas.

Relativamente ao Reino Unido, os setores aos quais pertencem a maior parte das organizações estudadas são o da consultoria (15.2%), de finanças (13%), de educação/formação e o de ação social, ambos com 10.9%. Também se encontrou uma percentagem alta (8.7%) nas organizações que operam no âmbito da saúde. Para além destes, ainda que com menor peso, encontraram-se várias organizações dedicadas ao desenvolvimento local e outras que oferecem oportunidades de emprego e formação a pessoas com dificuldades de inclusão laboral, apostando na produção de bens.

Por outro lado, se um dos objetivos do presente trabalho era o de analisar o papel da mulher no âmbito da ESS, na Figura 2.5 pode observar-se, para os diferentes países, se é frequente ou não encontrar organizações nas quais o número de mulheres que fazem parte dos órgãos diretivos é superior ao de homens.

Figura 2.5.
Colaboradores dos órgãos diretivos da organização



Exceto na Bolívia, pelas características e natureza próprias das organizações de camponeses, em todos os países existem mais organizações de ESS nas quais os órgãos diretivos são formados principalmente por homens.

Os valores obtidos neste estudo, relativamente aos países africanos (em 67% das organizações os homens ocupam os postos de direção), estão em consonância com as dificuldades que as mulheres africanas têm, tradicionalmente, em aceder a postos de liderança. Para além disso, a percentagem correspondente a organizações nas quais elas têm mais presença em postos de responsabilidade (19%) responde, sobretudo, a organizações cuja missão é a promoção da equidade de género ou a associações de mulheres.



No México a percentagem de organizações nas quais o número de homens em postos diretivos supera o de mulheres também é alto (51,4%), ainda que seja o país onde a diferença é menor (15 pontos percentuais). Esta diferença é maior no caso do Perú, onde 62% das organizações conta com mais dirigentes do sexo masculino, sobretudo no setor financeiro e nas cooperativas de produção. O número de mulheres que ocupam postos de responsabilidade é maior que o dos homens em 30% das organizações peruanas, as mesmas que se dedicam especialmente à produção artesanal e à produção e transformação agropecuária em pequena escala, atividades nas quais a mulher participa na obtenção de rendimentos familiares.

A diferença observada em praticamente todos os países, com predomínio dos homens nos órgãos diretivos das organizações, é mais agravada no caso dos dados recolhidos em Espanha, nos quais 78.2% das organizações de ESS têm mais homens que mulheres em postos de direção.

O panorama encontrado nas empresas privadas e públicas portuguesas, relativamente à igualdade de oportunidades no acesso a postos de liderança, não parece sofrer alterações quando analisamos as organizações de ESS, já que no estudo se verifica que em 65.7% das organizações inquiridas há mais homens que ocupam postos de responsabilidade. De facto, é de salientar que, embora o número de mulheres que trabalham no âmbito social seja maior do que o de homens, os órgãos diretivos continuam a ser formados maioritariamente por homens.

No Reino Unido quase 50% das organizações analisadas conta com um número superior de homens nos seus corpos diretivos. Esta tendência ocorre, de forma acentuada, nas instituições financeiras em regime de mutualidade, embora noutras organizações a dominação de um sexo sobre o outro não seja tão perceptível.

Por último, fazemos uma menção especial à Bolívia, por ser o único país, entre os considerados no presente estudo, no qual mais de la metade das organizações (51.3%) conta com órgãos diretivos formados sobretudo por mulheres.

Estudo estatístico elaborado Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John com a colaboração de Francisco J. Blanco Encomienda da Universidade de Granada.



4. CASOS PRÁTICOS

4.1 UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES (UNAC) – MOÇAMBIQUE, ÁFRICA

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar os valores da União Nacional de Camponeses.
- Dar visibilidade à capacidade de luta e de advocacia da UNAC para influenciar decisões políticas.
- Analisar o seu papel no contexto económico africano.
- Conhecer o modo de funcionamento e os elementos identitários da UNAC.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Consciencializar-se do papel específico da UNAC no combate à pobreza.

ENQUADRAMENTO

Moçambique é um país que acedeu à independência em 1975 e que viveu uma guerra civil até 1992, com uma história de independência recente que viveu, até 1992, uma guerra civil entre os apoiantes dos dois maiores partidos nacionais (a FRELIMO, movimento que tinha liderado a luta pela independência, e a RENAMO). Logo após a independência, o governo de transição liderado pela FRELIMO, criou a “Machamba do Povo”, experiências coletivas que, segundo Ismael Ossemane, presidente honorário da UNAC, pretendiam “quebrar o elitismo do poder, colocando lado a lado um engenheiro e um camponês que se uniam como Moçambicanos pela luta e desenvolvimento do seu País”. Estas experiências introduziram o cooperativismo ideológico em Moçambique, de tal modo que “chegou a uma altura em que os camponeses, as famílias camponesas, tinham na mente que a cooperativa era uma coisa do Estado, do Partido”.

No entanto, após os acordos de Roma que colocaram um fim à guerra civil, assistiu-se à entrada progressiva do capitalismo e da economia de mercado como modelos predominantes nas regiões.

Surge, assim, a oficialização da União Nacional de Camponeses (UNAC) visando, “no contexto duma economia liberalizada e perante o advento do multipartidarismo ideológico”, “o fortalecimento interno da consciência dos camponeses”, e a sua

participação ativa num “movimento completamente apartidário”, a fim de se alcançar o desenvolvimento de Moçambique.

CONTEÚDO



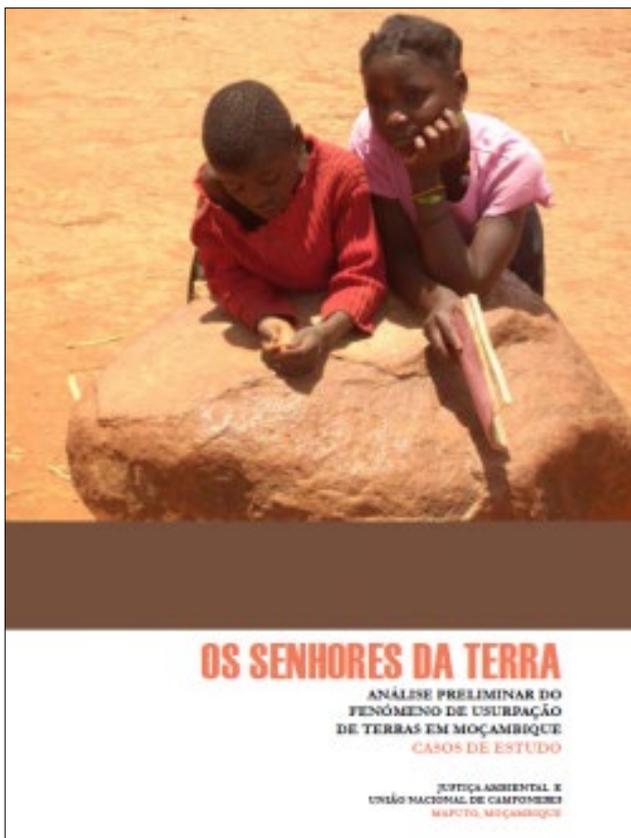
A UNAC nasceu oficialmente em 1994, apesar de já existir desde 1987, e surge “não por orientação do Governo nem da FRELIMO”, como acontecia com as cooperativas, mas “por iniciativa dos próprios camponeses”, para terem maior protagonismos na construção de uma sociedade mais justa, próspera e solidária (missão). É, desta forma, um movimento que atua em todo o país e que não quer ser reconhecido por ser “a tal organização que está a trabalhar em apoio aos camponeses”, mas sim a organização que luta para que “esse campesinato seja ele próprio protagonista de algo”. O seu objetivo geral é “representar os camponeses e as suas organizações para assegurar os seus direitos sociais, económicos e culturais através do fortalecimento das organizações camponesas, participação na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento visando garantir a soberania alimentar, tomando em conta a juventude e a equidade de género”.

Todos os camponeses, organizados ou não em associações, cooperativas ou outras formas de organizações locais, podem ser membros da UNAC, sem discriminação com base na cor, raça, sexo, origem étnica, religião, grau de instrução, posição social, condição física ou mental ou opção política.

A UNAC está organizada por Províncias (as Uniões Provinciais) que por sua vez estão organizadas por distritos que em conjunto formam. Estas organizações membros representam a união e unidade dos camponeses numa visão e forças comuns, sendo isto que torna o movimento visível e atuante em diferentes espaços físicos e no quadro das políticas de desenvolvimento do País. A UNAC conta hoje com 86.000 membros individuais agrupados em 2122 associações e cooperativas. Estas, por suas vezes estão organizadas em estruturas superiores somando o número de

83 uniões distritais, 7 uniões e 4 núcleos provinciais de camponeses. Os seus compromissos de luta são os seguintes:

- Acesso e controlo da Terra pelos camponeses;
- Fortalecimento das organizações camponesas;
- Defesa dos bens comuns (água, sementes, meio ambiente, biodiversidade);
- Participação ativa dos camponeses nos processos de definição de políticas;
- Promoção e desenvolvimento dos mercados locais;
- Participação ativa das Mulheres e Jovens na agenda política nacional;
- Aumentar o consciência e promover estratégias de luta contra o HIV/SIDA;
- Formação e capacitação política e organizacional dos camponeses.



O perfil dos colaboradores da UNAC tem variado ao longo dos anos, mas sempre tendo em vista um comprometimento dos mesmos. Ismael Ossemame assume que “gradualmente também tivemos que ir buscando jovens que tivessem já uma outra capacidade académica, intelectual, ativistas, mas também funcionários, porque a UNAC precisa de funcionários, mas o

funcionário que é também ativista, que a gente identifica e vê”, que está em sintonia com “a identidade” do movimento.

A UNAC tem lutado pelo reconhecimento, por parte da sociedade e do Estado, sobre o papel importante que este segmento da sociedade - o campesinato - tem, através de um diálogo que tem em vista a propagação de ações conjuntas que se consubstanciem em políticas de apoio aos camponeses. Para fortalecer a sua luta, a UNAC tornou-se membro da Via Campesina, movimento internacional de camponeses, e é membro e colaborador de alguns fóruns nacionais (Fórum Mulher, por ex.) e internacionais (Comunidade dos Países de Língua oficial Portuguesa).

Um exemplo de uma das grandes lutas travadas pela UNAC é a do direito à terra, preocupação fundamental numa região em que esta representa o elemento essencial para o sustento do povo, uma vez que a população sobrevive essencialmente do que produz. Em 1997, no contexto da redação da Lei da Terra, a UNAC conseguiu fazer-se ouvir e participar na garantia do acesso à terra para o povo moçambicano. Na lei nº 19/97 pode ler-se que “a terra é propriedade do Estado sendo meio universal de criação da riqueza e bem-estar social de todo o povo para seu uso e aproveitamento, não podendo ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada” (artigo 3). Segundo a legislação, as condições de uso e aproveitamento da terra são determinadas pelo Estado Moçambicano. Todavia, tem-se verificado um grande movimento de ocupação de terras e realojamento da população devido ao açambarcamento levado a cabo por empresas estrangeiras sob proteção do governo ou das autoridades locais, em prejuízo das comunidades. As consequências destas mobilizações forçadas levam, muitas vezes, ao abandono da área ficando as famílias sem meios e sem um local para trabalhar para o seu sustento.

Nesta linha de luta, em 2011, a UNAC publicou o livro, “Os Senhores da Terra: Análise preliminar do fenómeno de usurpação de terra em Moçambique”, denunciando o facto dos grandes projetos implantados em Moçambique, atuando nos sectores de agro-negócios, turismo e mineração, terem vindo a criar cada vez mais conflitos e a agravar a situação de pobreza, carência e vulnerabilidade das comunidades rurais.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identifique os momentos históricos cruciais, dentro e fora de Moçambique, para a criação, desenvolvimento e consolidação da UNAC.
- Reflita sobre a importância de movimentos que representem um grupo social e sobre a sua forma de organização.
- Pesquise na página internet da UNAC sobre o papel da mulher dentro do movimento.
- Identifique os principais elementos de sucesso para que a UNAC consiga desempenhar a sua missão e cumprir os seus objetivos.
- Difunda, através dos meios sociais, extratos, resenhas e reflexões sobre o conteúdo da publicação da UNAC.

SAIBA MAIS

<http://www.unac.org.mz>

Vídeo:

UNAC - The National Farmer's Union in Mozambique
<https://www.youtube.com/watch?t=24&v=gYqUKfGqryE>

Lei da terra:

<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legis-Sectores/agricultura/LEI%20DE%20TERRAS.pdf>

<http://www.portaldogoverno.gov.mz/>

<http://www.mz.one.un.org/por/Como-Trabalhamos/As-Nacoes-Unidas-em-Mocambique>

Autoria do Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John com a colaboração de Inês Cardoso, Pari-Passu e ATES-UCP

4.2 COAJQQ - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE JOVENS QUADROS – GUINÉ-BISSAU, ÁFRICA

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar a missão e os objetivos da COAJQQ.
- Reconhecer o papel fundamental da COAJQQ dentro da comunidade onde está inserida.
- Conhecer as estratégias da COAJQQ para alcançar a sustentabilidade financeira.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Compreender a importância de uma intervenção holística de uma organização de ESS ao serviço de uma comunidade.

ENQUADRAMENTO



A Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros, COAJQQ, surgiu em 1998 na Guiné Bissau, na Região de Cacheu, na cidade de Canchungo. É uma iniciativa criada por um grupo de 3 jovens formados em agronomia, recursos florestais e veterinária, por universidades cubanas. Esta iniciativa surgiu após um estudo de viabilidade realizado pelo grupo. O estudo concluiu que seria útil para a região de Cacheu lançar um projeto no domínio agrícola, tendo em conta a potencialidade do país nesta área. No entanto, a sua realização teve de ser muito ponderada, devido ao isolamento da região provocado pela ausência de ligações ao resto do país (atualmente já foram construídas duas pontes, João Landim e São Vicente, que favorecem a mobilidade). Mesmo com estas limitações o grupo decidiu avançar, ciente do potencial agrícola que a região norte representava para a Guiné-Bissau. O setor principal de atuação da cooperativa é a área da Segurança e Soberania Alimentar (pesca, pecuária e agricultura), tentando ligar a cultura ao desenvolvimento, o que para Leandro Pinto Júnior, diretor executivo da COAJQQ, “são temas que não se podem dissociar”. A COAJQQ tem como principais parceiros as associações e agrupamentos de camponeses e pescadores.

CONTEÚDO

Missão e Objetivos

A COAJQQ é uma cooperativa que tem como missão, segundo a direção da COAJQQ, “juntar esforços para dar apoio às comunidades tentando que estas tenham capacidade de produzir e de gerir os seus empreendimentos”, porque, como afirma Leandro Pinto Júnior, “a comunidade é a matéria-prima”. O objetivo central é, pois, incluir toda a comunidade numa lógica de participação ativa, tendo sempre em atenção o interesse particular de cada organização. A COAJQQ pretende contribuir para uma agricultura rentável, diversificada e sustentável, que corresponda às necessidades da população e do País. Procura-se, assim, fomentar o aumento da produtividade agrícola, o desenvolvimento de novas competências dos camponeses e a melhoria dos hábitos alimentares da população, sempre em articulação com a preservação das características ambientais e culturais da região. Espera-se que a melhoria da rendabilidade agrícola, a capacidade de levar produtos ao mercado (quer agropecuários, quer agropecuários transformados) e a capacidade de gestão possa diversificar e aumentar os rendimentos familiares de forma a dilatar a sua capacidade de subsistência e de investimento.

O trabalho da COAJQQ é reconhecido pela comunidade, que está envolvida diretamente na cooperativa, e também pelos representantes governamentais. No entanto, para que exista este reconhecimento e esta confiança “é preciso uma dedicação muito forte, é preciso uma transparência mesmo dentro da organização, é preciso um empenho muito forte, porque a transparência e a boa gestão são um espelho fundamental”.

Ação Solidária

A COAJQQ tem um dimensão social e solidária muito forte, desde logo pela partilha de recursos e de conhecimento e competências técnicas – a formação que prestam para bem da comunidade e para o enriquecimento da sociedade é um bom exemplo. A matriz solidária demonstra-se também na inclusão de mulheres provenientes de outras associações, abrindo espaço para que estas participem nas formações, possam ter oportunidade de praticar os novos conhecimen-

tos (por exemplo, no aproveitamento de frutas para transformação em compotas) e utilizem os meios técnicos da COAJQ, num regime de reciprocidade: “enquadramos as mulheres de diferentes associações que vêm cá participar na formação [...] elas vêm cá aprender e também contribuem com a mão-de-obra nesse dia de formação”. A COAJQ aceita ainda voluntários que enquadra nas suas atividades. No entanto, espera que os voluntários possam realmente ser uma mais-valia e por isso o trabalho voluntário deve ser desenvolvido em dimensões que a cooperativa sinta que tem lacunas e que importa desenvolver - “nós solicitamos nas componentes que a cooperativa tem necessidades, para que a cooperativa seja reforçada”, explica Leandro Pinto Júnior.

Sustentabilidade Económica e Financeira

A COAJQ é uma organização com uma exposição média-baixa a fontes de receita terceiros (exteriores à organização, como subvenções, doações, empréstimos bancários). A sustentabilidade económica e financeira da cooperativa depende sobretudo de recursos próprios provenientes da sua atividade.

• Produção e comercialização de bens

São vários os bens produzidos pela cooperativa, desde transformação de fruta em bebidas e compotas, à criação de animais de capoeira ou exploração de árvores de fruta, que a COAJQ produz em viveiros (limoeiros, goiabeiras e palmeiras) não só para comercialização mas também com o objetivo de demonstrar a possibilidade de diversificação da alimentação da comunidade. A cooperativa atua também na rentabilização do caju, propondo produtos diferentes do mero consumo da sua castanha - aproveitando o fruto, parte desinteressante para o muito lucrativo negócio do caju. Dos produtos derivados do caju que apresenta ao mercado destacamos os sumos, as compotas e o champanhe (experiência verdadeiramente surpreendente, que embora não tenha ainda sido muito divulgada não deixa de demonstrar a capacidade de inovação desta organização). A cooperativa vende também sementes e outros insumos, que até a fundação da COAJQ eram obrigatoriamente adquiridos na capital, aumentando os custos de produção dos camponeses.

A produção tem em conta o volume que o mercado absorve, conseguindo alcançar alguns setores da região de Cacheu (Canchungo e São Domingos, por exemplo) mas também a capital, Bissau. Os produtos podem ser encontrados em supermercados, postos de combustível e na loja de Bissau “Cabaz di Terra”. Esta loja, um espaço coletivo dinamizado por várias organizações de guineenses, possibilita a mostra dos produtos da biodiversidade guineense, fortalecendo ainda o capital social inter-organizacional.

• Prestação de Serviços

Esta é uma área de atuação que acompanha esta organização desde a sua fundação. A cooperativa presta serviço a 39 associações na área da segurança e soberania alimentar e conta com 2145 camponeses e 133 pescadores como associados. O descasque mecânico de arroz, o aluguer da motocultivadora e a assistência técnica são fontes muito importantes de financiamento. É interessante referir que muitas vezes esta atividade gera receitas não-monetárias, consequência de trocas diretas. Desta forma a COAJQ, além de permitir o acesso dos camponeses a estes serviços, abastece-se de matérias-primas que alimentam a sua atividade de transformação. A atividade de formação e capacitação técnica é outra das fontes importantes de receita desta cooperativa. A rádio “Uler a Band”, para além do serviço gratuito de enriquecimento cultural, formativo e informativo que presta à comunidade, vende tempo de antena para publicidade de produtos ou para comunicados das atividades de outras organizações, como por exemplo, ONGD internacionais. A COAJQ sobrevive ainda das quotas dos associados.

Preocupações e Desafios para o Futuro

A maior preocupação continuará a ser a segurança e a soberania alimentar e o desenvolvimento das competências dos agricultores. Para isso importa aumentar a formação e a capacitação, transmitindo conhecimento de base que permita melhorar o rendimento da produção e o conhecimento do mercado interno. A formação, orientação e seguimento dos camponeses é considerando um projeto muito importante e de continuidade. A modernização dos métodos e técnicas de produção serão também uma aposta. Para isso será necessário alertar para a necessidade de obtenção, por exemplo, de “sementes hortícolas de qualidade ou espécies de aves cada vez maiores e, por isso, mais rentáveis”, explica Leandro Pinto Júnior.

A COAJQ dinamiza um espaço agrícola onde procura diversificar as possibilidades de alimentação da comunidade e a rendabilidade da produção de aves de capoeira, de árvores de fruta ou de produtos hortícolas (utilizam técnicas modernas como a rega gota-a-gota, por exemplo). A COAJQ sonha transformar a granja numa escola de agronomia com um pendor

fortemente prático, garantindo acesso os próprios camponeses da região, que poderiam ser alunos mas também professores, mobilizando as suas competências e demonstrando que o saber científico é apenas um dos saberes ao dispor do desenvolvimento e não o único.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identifique os principais objetivos que norteiam a ação da COAJQ.
- Dê a sua opinião sobre as estratégias que a COAJQ utiliza para garantir a sua sustentabilidade financeira. Sugira outras que poderiam ser utilizadas.
- Indique de que forma a COAJQ tem uma política inclusiva na sua atuação.
- Selecione um dos desafios que a COAJQ identifica para o futuro e comente-o, sugerindo formas de atuação.
- Procure na internet experiências alternativas de ensino em que os docentes não o são apenas pelas suas habilitações literárias mas sim pela sua experiência. Depois de ler sobre as mesmas, dê a sua opinião face às mesmas e relacione-as com os valores da economia social e solidária.

SAIBA MAIS

<http://coajoq.org/index.aspx>



Autoria do Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John com a colaboração de Andreia Valente, Welcome Home e ATES-UCP



4.3 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO – PORTUGAL

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar as especificidades da Santa Casa da Misericórdia.
- Analisar o processo de atuação da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.
- Relacionar as características da Santa Casa da Misericórdia na atualidade com a sua História e com a sua ligação à Igreja Católica.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Consciencializar-se das especificidades da Santa Casa da Misericórdia.

ENQUADRAMENTO

As Misericórdias foram fundadas no reinado de D. Manuel I (1495-1521), num momento de grande prosperidade em Portugal. A primeira foi fundada em Lisboa, em 15 de Agosto 1498 (festa da assunção de Virgem Maria ao Céu), com o apoio da rainha D. Leonor. As Misericórdias surgem em dois contextos fundamentais: a sua ligação à fé católica, espelhada na iconografia da Santa Casa da Misericórdia, em que as populações aparecem abrigadas sob o manto protetor da Virgem Maria; e a sua ligação às elites locais, concretizada através das regalias e proteção régias, que as tornou um polo de poder local do Reino.

A organização assenta, desde os primórdios, numa exortação acrescida para a prática da caridade, segundo as 14 obras de devoção e misericórdia do catecismo cristão. O seu financiamento provinha, para além dos apoios da coroa, do legado de benfeitores que, na hora da morte, e para expiarem os seus pecados, deixavam grandes heranças à instituição.

Mantiveram, até metade do século XVIII, a direção em pessoas situadas em altos escalões do governo, representando o principal meio através do qual a Coroa Portuguesa prestava a sua ação social. Passando por diversas convulsões e dificuldades ao longo das mudanças políticas dos séculos XIX e XX em Portugal, as Misericórdias sobreviveram, sempre com o seu caráter assistencialista e com a sua ligação à Igreja Católica.



Em 1977 é fundada a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), sendo reconhecida a autonomia e liberdade de ação destas, tendo que estar apenas em observância com os interesses de estado. De acordo com a publicação da UMP (2000), encontram-se a funcionar cerca de 384 misericórdias mantendo o espírito cristão, mas respondendo na prática “às atuais formulações de proteção e solidariedade social que decorrem do apelo da dignidade da pessoa humana”. Uma boa parte tem equipamentos de ação social mais típicos que têm como objetivo responder a novas necessidades sociais – pobreza, entre outros problemas. Todavia, importa salientar que as Misericórdias têm de momento uma tal multiplicidade de serviços (serviços culturais, colónias de férias, oficinas profissionais, Atividades de Tempos Livres, creches, lares, entre outras), que “não admira, pois, que as misericórdias sejam, em muitos concelhos, as instituições mais dinâmicas, as principais entidades empregadoras e continuem a revelar-se instâncias de poder e de afirmação social” (Sá e Lopes, 2007).

CONTEÚDO

História

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (SCMVC) foi fundada em 1521, sendo, na atualidade equiparada a IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

Assim com todas as Misericórdias tinha por missão praticar as obras de misericórdia, nomeadamente suprir as carências sociais no Concelho de Viana do Castelo. Na atualidade, as suas respostas sociais contemplam: duas residências e apoio social para Idosos; duas Creches/Jardim de Infância; uma Cantina Social e um Serviço de Apoio Domiciliário. Os serviços prestados são os normais nestes tipos de equipamentos sociais: alojamento, higiene, alimentação, trata-

mento de roupas, cuidados de saúde primários, apoio social e lúdico e conforto.

Como é típico das Misericórdias, a de Viana detém também um vasto património, com particular destaque para a Igreja da Misericórdia. A sua visão, missão e valores (abaixo) estão intrinsecamente ligadas à sua essência histórico-religiosa, mostrando orgulho nesta identidade de serviço e ligação à comunidade com uma tónica para serviços de assistencialismo e proteção social. Manuel Gomes Afonso, atual provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, confirma esta missão e esta necessidade de serviço próximo, afirmando veementemente que os motivos que o fizeram aceitar ser provedor foram a necessidade de se autorrealizar no serviço ao próximo (“fazer acontecer e contribuir para a mudança”) elevando ao mesmo tempo o carácter voluntário destas motivações, “estes cargos de direção não são pagos. Estou certo de que, quando forem, se perderá a identidade da instituição”.

Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo pretende ser reconhecida como uma Instituição de referência nas respostas sociais adequadas às necessidades sentidas dos cidadãos, naturais ou residentes do concelho de Viana do Castelo, na proposta de soluções a novos problemas sociais, e a pautar-se por uma melhoria contínua nas suas áreas de intervenção.

Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo tem como Missão proteger e apoiar os cidadãos naturais ou residentes no concelho de Viana do Castelo, desde a infância à velhice, através de respostas sociais que promovam a melhoria contínua da qualidade de vida. Contamos com recursos humanos responsáveis e solidários para a prestação de um serviço que responda à satisfação das necessidades e expectativas do utente. Sustentamos a importância das parcerias, numa abordagem interdisciplinar no envolvimento comunitário.



Valores

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo inspira-se nas 14 Obras da Misericórdia pautando a sua atuação pelos seguintes valores: Solidariedade e Valores Cristãos, Igualdade e Justiça, Confiança e Honestidade, Responsabilidade Social, Profissionalismo e Rigor, Humanização, Individualidade e Dignidade, Melhoria contínua, Preservação ambiental.

Distinção entre SCM e outras organizações de ES e seus desafios

A história das Misericórdias dá-lhes um carácter muito particular. O seu trabalho está sempre imbuído de um espírito tradicional, assistencialista, baseado nos princípios de doutrina e moral cristãs. O próprio vocábulo Misericórdia deriva do latim misera (compaixão) + cordis (coração), intimamente ligado com o objetivo principal de auxiliar as pessoas que são vítimas de miséria, quer espiritual quer material.

Se esta história e esta natureza particular podem, por um lado, ser positivas, transmitindo uma imagem de “um passado credível, idóneo, de dedicação ao próximo de forma desinteressada), dando a quem contribui “a certeza que o que foi dado será bem aplicado” (Manuel Gomes Afonso, Provedor da SCMVC), por outro lado, pode trazer um problema da rigidez e da resistência para a mudança. Manuel Afonso enfatiza, entre os diversos desafios atuais das SCM, a necessidade de procurar novas formas de financiamento. “Havia a tradição das Santas Casas sobreviverem com as doações de benfeitores que, para projetarem a sua imagem e expiarem os seus pecados, deixavam grandes heranças, quer em património quer em somas de dinheiro”. Atualmente, as Santas Casas vivem da rentabilização do património que possuem, o que também distingue estas organizações uma vez que é um

fator importante de sustentabilidade, apesar do valor elevado de manutenção que acarretam. Outro desafio apontado, que representa um risco para a própria identidade da instituição, é a elevada dependência dos acordos estatais “o que faz com que quase só se criem projetos que respondam aos financiamentos do Estado”. Esta fator condiciona a criatividade, inovação e identidade da instituição, determinando, por vezes, alguma “passividade e acomodação” que podem ser, muitas vezes, bloqueadoras de iniciativas que melhor respondam aos problemas da população atual, preocupação que demonstra o provedor Manuel Gomes Afonso: “As SCM deveriam estar mais atentas aos problemas da atualidade e atualizarem as suas respostas sociais”, nomeadamente as respostas à franja da população que necessita de se preparar com formação específica para aprender e poder entrar no mercado de trabalho, devido à crise que Portugal atravessa de momento.

As Misericórdias assumem ainda a especificidade de estarem ligadas à Igreja, o que lhe dá um carácter, e um estatuto jurídico, únicos. Como afirma o provedor da Misericórdia de Viana do Castelo “os estatutos e as eleições dos seus órgãos têm de ser aprovados pelo Bispo da diocese e seguem as regras da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português”.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identificar alguns aspetos identitários das SCM.
- Refletir sobre como gerar mais iniciativa nas SCM, mantendo os seus principais aspetos identitários.
- Relacionar a natureza das mais atuais organizações de economia social com a marca histórica e o peso que as Misericórdias têm neste tecido.
- Preparar um painel de discussão para dialogar e debater sobre a identidade e perfil das organizações consideradas dentro da economia social em Portugal, de acordo com a “Conta Satélite da Economia Social” e a Lei Nº 30/2013 de 8 de maio de 2013 (ambos os documentos se podem descarregar da página web do manual, no capítulo correspondente).

SAIBA MAIS

Sá, I. G. e Lopes, M. A. (2007) in International Conference O Combate à Pobreza e à Exclusão Social: estratégias para o século XXI”, e-GEO and Lisbon City Hall, Lisbon. Consultado a 15 de junho de 2015. http://www.academia.edu/346697/Hist%C3%B3ria_Breve_das_Miseric%C3%B3rdias_Portuguesas_1498-2000

<http://www.scmviana.pt/>

Autoria do Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John com a colaboração de Inês Cardoso, Pari-Passu e ATES-UCP

4.4 O SIGNIFICADO DA “EXPERIÊNCIA” DE MONDRAGÓN

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar os princípios que constituem a identidade do Grupo Mondragón.
- Dar importância à reflexão e revisão dos princípios identificadores das organizações de Economia Social e Solidária.
- Conhecer os eixos centrais da identidade do Grupo Mondragón.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Avaliar a necessidade de reflexão coletiva sobre como se colocam, ou não, em prática, os princípios que fazem parte da identidade das organizações de economia social e solidária.

ENQUADRAMENTO

No início dos anos 2000, o Grupo Mondragón (GM), na altura mais conhecido como Corporação de Cooperativas de Mondragón (CCM), estava a desenvolver-se, internacionalmente, com sucesso económico, conseguindo enfrentar os desafios de uma concorrência cada vez mais dura e de uma economia cada vez mais globalizada. No entanto, o êxito económico não era o suficiente para o Grupo. Com efeito, iniciou-se um debate, liderado pela Comissão Permanente, para se perceber se o percurso do mesmo se estava a manter fiel ou a desviar da sua essência.

Em maio de 2003 teve lugar o VIII Congresso do GM. Nessa altura, manifestou-se a necessidade e a vontade de se refletir sobre a Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM). Fizeram-se reuniões com os presidentes de todas as cooperativas do Grupo e recolheram-se opiniões sobre o passado, sobre a situação atual e sobre o sentido futuro do cooperativismo da Mondragón. Uma das conclusões a que se chegou foi a de que se deveria abrir o debate ao conjunto das cooperativas e incentivar a participação de todos os órgãos num processo de reflexão semelhante.

Após o congresso e a reflexão dos presidentes, abriu-se um processo de debate, em finais de 2005, com uma visão atualizada do sentir generalizado sobre a situação do GM e sobre a visão conjunta de futuro

que se desejava. Na génese deste processo de reflexão descobriu-se que a preocupação expressa pela Comissão Permanente, e que estivera na origem do congresso de 2003, era partilhada por todos. Na sessão plenária, entre outras coisas, surgia a questão “será que nos estamos a desviar do que é a essência da Experiência?”, ao mesmo tempo que se reforçava a importância de se articular um debate que trouxesse respostas a esta dúvida.

Os presidentes das cooperativas foram os primeiros a realizar esse debate. Através de reuniões específicas, em pequenos grupos, fizeram uma primeira análise que permitiu definir o ponto central do debate posterior. Estes foram os seus contributos básicos:

- Existe uma perda da identidade cooperativa. É uma perda que avança no sentido inversamente proporcional ao do avanço empresarial. Falta convicção nas nossas marcas de identidade. Consta-se a necessidade de assegurarmos o que somos e a dificuldade em mantermos os desafios da eficácia no tempo sem uma motivação adicional intrínseca.
- É necessário atualizar a ideologia cooperativa, torná-la mais atrativa para todos e, sobretudo, para as novas gerações.
- A nossa experiência cooperativa fundamenta-se num sistema sócio empresarial criado por e para as pessoas; como tal, devemos trabalhar a participação em todos os níveis da organização.
- Podemos e devemos continuar a colaborar na transformação da sociedade, tendo como objetivo um modelo mais autossustentável e solidário.

Por isso, os contributos dos presentes ratificaram o primeiro diagnóstico da Comissão Permanente e constataram a necessidade de revitalizar o sentido cooperativo. Para dar resposta a esta necessidade, e tendo como ponto de partida os Princípios Básicos e os Valores cooperativos, concretizaram-se três âmbitos de atuação:

- A Educação Cooperativa;
- A Participação e Cooperação e,
- A Transformação Social.



Assim se tornou este debate, sobre o Sentido da Experiência, ou seja, sobre a configuração da identidade cooperativa extensível às próprias cooperativas, com uma participação inédita neste tipo de reflexões, uma vez que, numa primeira instância, cerca de 2.000 pessoas deram os seus contributos e, na etapa final, se permitiu a discussão dos planos de ação com os órgãos sociais e dirigentes do Grupo.

A seleção desses três âmbitos corresponde ao papel determinante que cada um teve no desenvolvimento da Experiência Cooperativa de Mondragón, permitindo manter a base ideológica e prática constituída pelos Princípios Básicos da Experiência Cooperativa, pela Missão e pelos Valores Cooperativos, o que no GM se identifica como “filosofia de inspiração”.

A Educação Cooperativa:

Foi fundamental tanto na origem como no desenvolvimento da Experiência Cooperativa de Mondragón. As práticas educativas realizadas por Arizmendiarieta fizeram com que fosse possível o início do movimento cooperativo. A Educação Cooperativa dos primeiros anos foi um contributo excelente para o projeto cooperativo. “Não pode haver cooperativismo sem cooperativistas; e só existirão cooperativistas se se formarem. Não nascemos cooperativistas, tornamos cooperativistas pela educação e pela prática das regras do jogo cooperativo”. Nas últimas décadas, desenvolveu-se de forma notável o apoio à educação e formação técnica (tanto nas Universidades como nas cooperativas), enquanto a educação cooperativa foi posta em segundo plano sendo esta, no entanto, o princípio básico do GM.

A Participação e a Cooperação:

O GM é reconhecido em todo o mundo como uma experiência singular de participação dos trabalhadores na empresa e considera-se que esta é uma das suas vantagens competitivas. Inclusivamente, considera-se o GM um modelo a imitar, um “caso de estudo” sobre o qual muito se escreveu, uma experiência de êxito empresarial baseada na participação e na cooperação. O mero facto de ser assim considerado é um reconhecimento muito valioso, já que contribui para se gerar uma identidade pública que, além de ser um capital ativo importante, constitui uma vantagem competitiva para o GM.

A Transformação Social:

O apoio ao desenvolvimento comunitário é, provavelmente, onde parece detetar-se a necessidade de maior esforço no que diz respeito ao GM. Nas reuniões de debate, os presidentes das cooperativas reconheceram que as cooperativas são um elemento de transformação social importante. Contudo, também foram da opinião que a realidade do GM demonstra que não se teve capacidade para essa transformação. Declararam, também, que a transformação social através do desenvolvimento comunitário não é algo instrumental ou complementar, mas sim o objetivo prioritário da Experiência, que se reflete na própria missão do GM: “Gerar riqueza na sociedade através do desenvolvimento empresarial e da criação de emprego, preferencialmente, cooperativo”. O modelo do GM relativamente à transformação social tem que ver com associar diretamente os beneficiários de projetos de cooperativismo às suas necessidades e interesses comuns.

Assim:

- O cooperativismo das necessidades sociais é, simultaneamente, objetivo da Experiência de Mondragón e instrumento para a transformação social.
- Além do trabalho cooperativo, esta atenção às necessidades sociais canaliza-se através da cobertura de todas as necessidades e preocupações sociais.

No fundo, trata-se do compromisso com a comunidade para resposta às suas necessidades e interesses, através de estruturas de cooperativismo. Esta é, portanto, a origem das diversas cooperativas que se foram criando ao longo da história do GM: de trabalho associativo, educativas, de consumo, de crédito, de serviços ou mistas.

Devemos, também, lembrar-nos do histórico da utilização dos fundos de obras sociais na Experiência de Mondragón, tanto para apoiar algumas iniciativas de desenvolvimento comunitário (principalmente as educativas) como para a transformação social, com recurso a diferentes colaborações e utilizando também parte de lucros empresariais.

Portanto, do ponto de vista da Transformação Social, neste momento, dever-se-ia fazer uma pausa para:

- Analisar as necessidades sociais existentes no contexto do GM.

- Analisar as possibilidades de utilizar a atividade cooperativa para colmatar essas necessidades.
- Promover projetos de cooperativismo nesse âmbito.
- Colaborar com outras experiências de desenvolvimento comunitário no próprio local.
- Rever os critérios de utilização e afetação dos Fun-

dos das Obras Sociais do GM.

Todos os elementos mencionados na Reflexão sobre o significado da Experiência resultaram na criação de um Modelo de Gestão próprio, que apresentamos e analisamos no capítulo 3, do presente manual: Modus Operandi.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Por que razão refletir sobre o significado da Experiência é propor uma reflexão ontológica?
- Para que servem as reflexões ontológicas? Como é que estas reflexões podem conduzir a práticas distintas nas organizações?
- Será que refletir sobre a Experiência de Mondragón suscita à configuração de uma identidade coletiva?

Porquê?

- Que outras perguntas faria aos dirigentes do GM relativamente à reflexão sobre o significado da Experiência?
- Que propostas faria dentro da sua organização para refletir sobre como se praticam os valores e princípios que formam a identidade da mesma?

SAIBA MAIS

O sentido da Experiência Mondragón - <https://extranet.mondragon-corporation.com/Espa%C3%B1ol/%C3%81reas/prs/sde/Documents/Ponencia-2007-Sentido-de-la-experiencia-cooperativa-de-MONDRAGON.pdf>.





5. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 2: IDENTIDADE, PERFIL E TERRITORIALIDADE	
Título	O terceiro setor económico
Tema	A economia social enquanto setor compreende uma diversidade de atores económicos que trabalham em vários âmbitos da interação humana. A sua ação não se circunscreve apenas ao próprio setor, mas comporta outras alianças e, por sua vez, outras identidades organizacionais.
Tamanho do grupo	A atividade deve ser desenvolvida em trabalho de grupo, com grupos pequenos, de 2 a 4 pessoas.
Tempo necessário	90 minutos
Objetivos de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">Conhecer a diversidade de organizações dentro da ESS.Compreender as diferentes formas jurídicas das organizações por países.Mapear as organizações dos diferentes setores dentro da comunidade onde se insere a universidade.Analisar as referidas organizações de acordo com os critérios que aparecem no quadro sobre as suas características, no início do manual.
Competências	<ul style="list-style-type: none">Ser consciente das diferenças entre organizações dos três setores da economia.Ser capaz de perceber como pode um setor complementar-se, ou não, com outro.
Palavras-chave	Setor, modelos mentais, critérios de desempenho, três setores da economia, economia informal, economia paralela.
Materiais	<ul style="list-style-type: none">Cópia do diagrama de Pearce (2003).Lista de 3 a 4 organizações para cada setor.Esferográficas e papel
Instruções para o formador	<p>Preparação:</p> <ul style="list-style-type: none">Apresentar o exercício explicando a importância de reconhecer as organizações de acordo com os setores dentro dos quais atuam. Dizer que objetivos e competências se espera que sejam trabalhadas. <p>Passos a seguir:</p> <p>2.1. Distribuir um diagrama por grupo</p> <p>2.2. Mostrar o diagrama, explicar quem é o autor e qual é o objetivo do mesmo. Chamar a atenção para a estrutura do círculo: são apresentados três quadrantes que representam os três setores da economia, com o seu objetivo; do centro para as margens, temos o nível que abrangem, do local (micro) ao global (macro); existe ainda uma divisão central sobre se estão ou não orientados para trocas comerciais.</p> <p>Dar alguns exemplos de organizações conhecidas pelo grupo.</p> <p>2.3. Distribuir os envelopes com o nome das organizações, por cada grupo, e pedir-lhes para fazerem a correspondência com os respetivos setores.</p> <p>2.4. Cada grupo deverá justificar a correspondência que fez entre as organizações e os setores.</p> <p>2.5. Pedir aos grupos que pesquisem mais sobre as organizações e que façam uma análise comparativa entre elas, com provas documentais.</p> <p>2.6. No caso de se poderem situar em mais de um setor, tomar nota e dar a justificação correspondente.</p> <p>3. Breve reflexão sobre a atividade</p> <ul style="list-style-type: none">O que chamou mais a sua atenção no desenvolvimento da atividade?Qual foi a dificuldade de situar as organizações dentro dos setores?Que diferenças gostaria de destacar entre elas?No caso de organizações situadas em mais de um setor, como classificá-las?Que figuras jurídicas se identificam nas organizações mapeadas?
Referências	Pearce John (2003) Social Enterprise in Anytown. London. Calouste Gulbenkian Foundation.
Notas	Outros recursos: Biblioteca virtual de RIPESS: Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social Solidaria: http://www.socioeco.org/
Contacto	Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John – socialeconomy@yorksj.ac.uk



CAPÍTULO 2: IDENTIDADE, PERFIL E TERRITORIALIDADE	
Título	Elena, Isabel e a Bicicleta
Tema	As dimensões da propriedade
Tamanho do grupo	No início da atividade, de forma individual e, mais tarde, em pequenos grupos
Tempo necessário	Mínimo 60 minutos, em função das variantes da história trabalhadas na atividade.
Objetivos de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">Conhecer as dimensões da propriedade.Refletir sobre o papel do trabalho e do capital na propriedade.
Competências	<ul style="list-style-type: none">Conhecer as dimensões da propriedade (destino final, uso e benefício).Ser capaz de refletir e entender o papel que têm o trabalho e o capital na propriedade.
Palavras-chave	Dimensões da propriedade, trabalho, capital.
Materiais necessários	A história com as suas diversas variantes e a tabela de pontuações
	<p>1. Leitura da história na sua primeira variante:</p> <p>Em primeiro lugar deve ler-se individualmente a seguinte história:</p> <p>“A ELENA precisava de uma bicicleta mas não tinha muito dinheiro. Comprou uma por 50€ que estava muito estragada. Como não tinha sítio para a guardar em casa, deixou-a amarrada fora.</p> <p>A ISABEL vive perto da Elena e é boa a compor coisas. Um dia, a Isabel viu a bicicleta e perguntou de quem era. Disseram-lhe que a Elena a tinha deixado ali. A Isabel não conhecia muito bem a Elena mas, no dia seguinte, aproximou-se dela e disse-lhe que era boa a consertar coisas e perguntou-lhe se podia consertar a bicicleta. Disse-lhe que, às vezes, precisava de uma bicicleta, mas que não tinha dinheiro suficiente para comprar uma. Disse-lhe, também, que precisava de ganhar algum dinheiro nas próximas semanas e perguntou se poderiam chegar a um acordo. A Elena respondeu que sim, que chegariam a um acordo. “Mas quanto te pago por a consertares?”- perguntou. A Isabel respondeu que não sabia, que tinha de pensar e que voltariam a falar sobre isso. Mas não voltaram a tocar no assunto.</p> <p>A cada dois ou três dias, a Isabel trabalhava algumas horas na bicicleta. Ao fim de algumas semanas, a bicicleta estava pronta e Isabel disse à Elena que só faltava pintá-la. No dia seguinte juntaram-se e levaram a bicicleta para a rua para que a Isabel a pudesse pintar. Estava quase a terminar quando um senhor que passava na rua parou para admirar a bicicleta. De repente, olhou para o relógio e disse:</p> <p>Tenho muita pressa agora, mas gosto muito da bicicleta e gostaria de a comprar. Voltarei amanhã e pagarei 500€ por ela.</p> <p>Despediu-se e foi-se embora rapidamente.</p> <p>2. Reflexão individual e debate em grupo:</p> <p>Os estudantes deverão responder às seguintes perguntas: que acham que vai acontecer a seguir? Venderiam a bicicleta ou não? Quem tem o direito de tomar esta decisão? A Elena e/ou a Isabel?</p> <p>Nota: não se trata de procurar a resposta mais provável na comunidade do estudante, nem do que dirá a legislação. Procura-se que dê opinião sobre o que seria mais justo e correto nesta situação, ou seja, dada a situação, refletir sobre quem deveria ter direito a decidir.</p> <p>3. Apresentação teórica das dimensões da propriedade e reflexão sobre as mesmas.</p> <p>O/A formador/a deve apresentar, de forma teórica, as três dimensões da propriedade: (1) destino final, (2) uso e (3) benefício. Uma vez conhecida a teoria, cada estudante deve responder às seguintes perguntas:</p> <ul style="list-style-type: none">“quem deve tomar a decisão de vender a bicicleta?” (Pergunta sobre a Dimensão 1)“quem tem o direito de utilizar a bicicleta?” (Pergunta sobre a Dimensão 2)“quem tem o direito aos lucros da venda?” (Pergunta sobre a Dimensão 3) <p>Seguidamente, o estudante deve preencher a seguinte tabela (linha da Variante 1 para cada dimensão) de acordo com as indicações abaixo:</p>

6. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

NÍVEL 1	CAMPO DE COMPETÊNCIAS	Explicação adicional sobre as Competências e os descritores: CONHECIMENTO INTEGRAL E COMPREENSÃO DO PERFIL, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA ESS	ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO
Consolidando a Identidade e Perfil da Economia Social e Solidária (ESS)	Identidade e perfil	<p>Ter um conhecimento e compreensão dos critérios e natureza polissémica da ESS como um sistema e corpo teórico legítimo:</p> <p>Tipologia dos sistemas económicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identifico organizações dos três sistemas económicos: o público, o privado e o social, tanto nacionais como internacionais, que tenham relações ou estejam vinculados à minha universidade; assim como o serviço que prestam dentro da universidade. ▪ Posso dar exemplo de organizações de acordo com os critérios do quadro nº. 2.1. sobre tipologia das organizações dos diferentes sistemas económicos. <p>Identidade e Perfil das organizações de ESS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Interesse-me por conhecer a história e os antecedentes das organizações da ESS a nível local. ▪ Identifico as diversas organizações internacionais e a sua aproximação ao conceito e prática da ESS. ▪ Reconheço as características e valores que diferenciam as organizações da ESS dentro de uma perspetiva europeia, africana e latino-americana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Faço o mapeamento de diferentes organizações dos setores público, privado e social que estejam diretamente vinculadas com a universidade. ▪ Analiso o mapeamento, destacando e explicando como estão presentes ou não estas organizações dentro da missão, visão e estratégia de vinculação ou extensão social da própria universidade. ▪ Contacto com o Observatório de Economia Social e Solidária do país para estabelecer uma relação e propor estudos relacionados com a identidade e perfil das organizações de ESS com a participação dos alunos.
	ESS e desenvolvimento territorial	<p>Entender como a ESS está a marcar uma maneira de ser e de fazer dentro do campo do desenvolvimento territorial, sem que para isso existam políticas e/ou direções estratégicas tanto em âmbitos rurais como urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ - Identifico as similitudes e diferenças das diversas realidades donde provêm a identidade e perfis diversos das organizações da ESS. ▪ Familiarizo-me com os fatores chave históricos, políticos e culturais que influenciaram a formação das identidades das organizações dentro da ESS na minha comunidade e região; assim como das diferentes zonas do projeto. ▪ Informo, de maneira periódica, o Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John (socialeconomy@yorks.ac.uk) para dar a conhecer outros fatores que influenciam o desenvolvimento do perfil e identidade das organizações de ESS no meu próprio território. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboro uma bibliografia e literatura cinzenta¹ sobre a ESS para a minha biblioteca. ▪ Analiso a lista e avalio como autores das diferentes regiões geográficas influenciaram para dar visibilidade e legitimidade à ESS no seu continente. ▪ Envio a lista ao Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John para incluí-la no manual reconhecendo o trabalho realizado na sua zona geográfica. (socialeconomy@yorks.ac.uk) ▪ Elaboro um ensaio sobre os antecedentes políticos, históricos, culturais e territoriais e como estes influenciaram e influenciam ainda no presente da ESS a sua localidade.

1 Literatura cinzenta: Conjunto de documentos ou literatura que não é produzida pelos canais de publicação convencionais. Costuma tratar-se de documentação científica que se distribui, inicialmente, a um público restrito http://www.edukanda.es/mediatecaweb/data/zip/627/PII_00143755/web/main/m3/v1_2.html [Consultado a 13.09.2015].

